

O RIO GRANDE DO SUL: FRONTEIRA ENTRE DUAS FORMAÇÕES HISTÓRICAS *

Luiz Roberto Pecoits Targa **

*Ao meu pai, que lendo vai saber por que, e ao
Rubinho que não vai entender mais nada.*

*“Separada a Província Cisplatina, que significava o
Rio Grande do Sul? Que se lucrava em, derribadas as
muralhas de Ilion, guardar o cavalo de Tróia?”*

Capistrano de Abreu, 1900

Introdução

Neste ensaio, pretendemos desenvolver os conteúdos referentes a um dos aspectos fundamentais da formação histórica do Rio Grande do Sul, o que se refere às relações entre a sociedade dessa região com a guerra, com o militarismo e com a ditadura. Esse aspecto da história rio-grandense, pelos desdobramentos que apresentou, permite caracterizar essa sociedade como uma formação histórica diversa das sociedades que se constituíram em regiões como a Nordeste ou a Leste do Brasil. Mostraremos que, no sul, as lutas engendradas pela existência da fronteira meridional produziram uma sociedade diversa da brasileira.

Inicialmente, veremos que, desde as suas origens o Rio Grande do Sul constituiu uma formação social particular dentro do Brasil, pois que esteve sempre envol-

* Este ensaio explora alguns aspectos do trabalho de tese do autor. Dessa forma, por um problema de tempo para o amadurecimento de algumas questões, não foi possível levar em consideração todas as excelentes sugestões e críticas da Professora Helga Iracema L. Piccolo. Registre-se o seu reconhecimento à sua autoridade e disponibilidade. O mesmo deve ser dito sobre as “provocações”, as “sinalizações” e os encaminhamentos realizados pelo Prof. François Chesnais. Agradece, também, à Marinês Z. Grando e à Naira Lapis pelas meticolosas críticas e sugestões a este texto.

** Economista da FEE.

vido com guerras de fronteiras, dadas as características e o período de formação dos Estados limítrofes. Em seguida, mostraremos que derivou de sua condição de fronteira em guerra um conjunto de peculiaridades estruturais da sociedade gaúcha em relação à do Brasil: sua estrutura da propriedade da terra, suas classes sociais rurais, assim como a relação que sua classe dominante possuía com as classes dominantes de outras regiões e com o Governo Imperial. Por isso, o território do Rio Grande do Sul serviu de palco para uma experiência social nova no Brasil do século XIX. Tal como veremos ao longo deste ensaio, essa sociedade inédita colocou-se problemas novos dentro do contexto brasileiro da transição do escravismo para o capitalismo. Por fim, durante a I República, no Rio Grande do Sul, o partido político que esteve no Poder Executivo estadual estabeleceu, por um lado, laços muito estreitos com o Exército Nacional, por outro, tornou-se o primeiro partido político moderno do Brasil, tendo realizado, à nível regional, uma longa experiência ditatorial.

1 — O repto

À guisa do repto, apresentaremos um “retrato” dos gaúchos feito por José Honório Rodrigues. Daremos como ilustração esta página, que se encontra num estudo em que o autor critica as teses de Oliveira Viana no **O Campeador Rio-Grandense**. O estudo de José Honório, polêmico e ensandecido em si mesmo, é uma violenta crítica às teses de Viana sobre a superioridade dos gaúchos frente às outras populações regionais do Brasil. Precisamos alongar a citação, pois é difícil passar ao leitor toda a indignação e a virulência de José Honório face ao texto de Viana, face aos gaúchos e ao papel que Viana lhes atribuiu e ao papel que o próprio José Honório lhes atribui na história do Brasil. Nesta página, José Honório utilizou-se de Capistrano de Abreu para iniciar a refutação das teses de Viana. Neste texto de 1984, diz José Honório:

“Capistrano de Abreu (...) já havia dito em 1900, antes de 1930 e 1964, em que os gaúchos desempenham papel dominante, palavras importantes sobre o caráter gaúcho e os males que os dominados pela influência platina traziam à fabricação histórica nacional. Havia sido forte a sua expressão, mas está lá e Oliveira Viana não podia desconhecer-la. “Separada a Província Cisplatina, que significava o Rio Grande do Sul? Que se lucrava em, derribadas as muralhas de Ilion, guardar o cavalo de Tróia? A resposta não se fez esperar. Em 1835 rebentou uma revolução que durou dez anos. Desde então (...) grassa o antigüismo. O doutor Francia pôde prender o corpo: mas a alma de José Artigas (Chacal conjugado a Moloch) ulula, duende, impropiciável, pela campanha e sobre as coxilhas’.

“Sabe-se como piada que nenhum ditador platino — Rosas, Urquiza, Vargas — deixou de tomar banho no rio Uruguai. E, ao contrário do que diz Oliveira Viana, nunca nenhum brasileiro deu para ditador. Só e só

nascido nos Pampas. Eis uma imigração que o Brasil inteiro rejeita e maldiz. E que aconteceu, depois das palavras proféticas de Capistrano de Abreu? Tivemos Getúlio Vargas e infelizmente esta fileira de ditadores, todos generais gaúchos, e quando não gaúchos, formados e educados no ambiente da Escola Militar de Porto Alegre, a escola dos ditadores brasileiros.

“Capistrano de Abreu pensa em afastar o Rio Grande do Sul da comunidade brasileira pelos males que iria nos trazer. O cavalo de Tróia na sociedade democrática [sic] brasileira. E o que sucedeu? Até agora a ditadura de Vargas e os vinte nefastos anos de ditadores gaúchos (. . .).

“Reeducar o Rio Grande do Sul e sobretudo retirar-lhe qualquer resquício de platinismo, de positivismo é a tarefa da República. E é nessa hora que Oliveira Viana, numa bajulação sem medida, vem louvar a guerra e as qualidades de mando dos caudilhos gaúchos, que deveriam ser reprimidas no território brasileiro.

.....
 “Disso tudo, desse louvor exaltado do caudilho, ao gaúcho do Extremo-Sul, irmão do uruguaio e do argentino mais do que do brasileiro, faz ele [O. Viana] nascer o espírito democrático do Sul e as singularidades da história política rio-grandense. Sim, a singularidade de Júlio de Castilhos, que, se a morte não levasse cedo, talvez se tivesse perpetuado no poder, assim como Borges de Medeiros foi o ditador mais longo de toda a história do Brasil, e esses generais, sob o disfarce de sucessão, escolhida por eles, com exclusão inclusive de companheiros melhores, perpetuaram um sistema ditatorial, autoritário, totalitário de vinte anos até agora (1964-1984), e que levou o Brasil à maior e mais grave crise de sua história colonial e nacional” (os grifos são nossos) (Rodrigues, 1988, p.56-7, 63).

Poderíamos multiplicar os exemplos encontrados neste estudo de José Honório, mas essa página parece-nos suficiente para sugerir uma caracterização da formação gaúcha como diversa da brasileira. Por outro lado, essa página é um eloquente depoimento da presença, ainda tão viva entre nós, dos regionalismos brasileiros (no seu sentido mais reacionário), pois ela atesta que mesmo um historiador do porte de José Honório mergulha nas águas turvas do regionalismo excludente e cego. Segundo ele, o Rio Grande do Sul (e não alguns homens de sua classe dominante) foi o principal responsável do mal maior — a ditadura — que afligiu a sociedade brasileira no século XX. Ocorrendo mesmo ao autor propor a reeducação e a reforma cultural!

José Honório vê o gaúcho e não as classes sociais, vê o positivismo dos gaúchos e não o das instituições. É certo que a Escola Militar de Porto Alegre foi responsável pela formação positivista dos generais que chegaram ao poder em 1964, mas também foram positivistas tanto a Escola Militar do Rio de Janeiro quanto a Faculdade de Direito de São Paulo, esta, pelo menos até o final do século XIX. Nós examinaremos, ao longo deste ensaio, os laços entre a guerra e a sociedade,

entre o exército e o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e deixaremos claro que o Exército brasileiro não é um produto exclusivo dos gaúchos, ou um resultado da cultura regional.

Ainda sobre essa página de José Honório, assinalemos, enfim, a xenofobia, pois a perversidade e a origem de todos os males estão no estrangeiro: os inimigos são os caudilhos sangüinários do Prata, introjetados na sociedade brasileira, porque o Rio Grande do Sul “caiu no lado de cá da fronteira”. É a partir do Rio Grande do Sul, quando ele “imigra” sobre o Brasil, que este se torna mais semelhante aos outros países sul-americanos: ditatorial, sangüinário, liberticida. Pelo que se pode depreender desse texto, o Brasil foi invadido e dominado pelos gaúchos como um território estrangeiro. Eis aí a moderna invasão dos bárbaros sobre uma sociedade tão civilizada e democrática quanto a brasileira! José Honório esqueceu seja o escravismo, seja a circunstância maior criada pela “modernização conservadora” que frequentemente passou por ditaduras. Se, na passagem do século XIX para o XX, o único caminho era a modernização e se esse caminho passava pela ditadura, então os gaúchos tinham experiência a passar. Mas foram seguramente segmentos das classes sociais de outras regiões que lucraram com essa experiência.

2 — O pano de fundo: formação de estados e de fronteiras

Os territórios atualmente ocupados pelo Estado do Rio Grande do Sul e pelo Uruguai eram, ainda no século XVIII, uma terra de ninguém entre as regiões ocupadas pelas colônias americanas dos Impérios Português e Espanhol. O gado selvagem que aí se multiplicava passou a ser disputado em função de dois epicentros: o comércio exportador de couro (e de outros derivados do gado) de Buenos Aires e de Montevideu e a demanda de animais de corte e de transporte dos mineradores da região do hoje Estado de Minas Gerais. A luta entre os dois epicentros pelo usufruto dos rebanhos levou à formação de bandos armados de predadores de gado pelas duas facções. As planícies e o gado do sul da América Latina tornaram-se objeto de disputa entre populações que pertenciam a formações históricas diferentes.

Após as independências das colônias americanas, o Rio Grande do Sul passou a constituir a única verdadeira fronteira do Império do Brasil com as repúblicas hispano-americanas que rivalizavam política, militar e economicamente com ele: a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Quando o Brasil fazia a guerra ou quando a sofria, o palco brasileiro afetado era sempre o território do Rio Grande do Sul: local de fácil passagem das tropas entre os Estados em guerra. As outras fronteiras com os Estados platinos eram “protegidas” dos movimentos de tropas por serem florestas ou pântanos; assim, por exemplo, o principal acesso brasileiro ao Mato Grosso era fluvial e se fazia através da bacia do Prata.

Durante o século XVIII, depois das lutas, das “invasões” e dos vários tratados (feitos e desfeitos) entre os Impérios Português e Espanhol em torno da posse dos

territórios do Uruguai e do Rio Grande do Sul, um longo ciclo de guerras abalou intermitentemente o território do Rio Grande do Sul durante o século XIX.¹

Durante esse período, constituíram-se os Estados do Prata. Sua configuração atual, no entanto, só foi atingida ao longo dessas guerras, durante as quais diferentes soluções foram aventadas. A questão do equilíbrio do poder no Prata jogou um papel decisivo na constituição desses países. Ainda depois da independência do Uruguai, o Brasil e as Províncias Unidas do Prata (futura Argentina) tentaram apoderar-se do território do Uruguai.²

No entanto, ainda em 1864, os estancieiros do Rio Grande do Sul com propriedades no Uruguai forçaram o Império a intervir militarmente nesse país para defender seus interesses particulares (Pomer, 1986, p.36-7). Essa intervenção serviu de pretexto final para que o Paraguai se sentisse ameaçado na sua saída para o mar e declarasse guerra ao Brasil.³

Grosso modo, o domínio de um só Estado sobre a Bacia do Prata ou a sua internacionalização gerou o ciclo de guerras que terminou por dar origem aos Estados de hoje. A Argentina esposava o controle único sobre o Prata, enquanto o Brasil, o

¹ O ciclo de guerras e os eventos mais significativos podem ser resumidos da seguinte maneira: ● 1811-14, José Artigas organiza a sublevação do Uruguai contra Espanha, forças militares portuguesas e rio-grandenses invadem a Banda Oriental. ● 1816, Artigas organiza a resistência contra os portugueses. ● 1820, Artigas é derrotado e refugia-se no Paraguai, onde França é ditador desde 1814. ● 1821, tratado entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, pelo qual o território do Uruguai passa a fazer parte do Reino Unido de Portugal, Algarves e Brasil com o nome de Província Cisplatina. ● 1822, recomeça a resistência no Uruguai. ● 1828, independência do Uruguai. Em 1830, a Inglaterra, as Províncias Unidas do Prata (futura Argentina) e o Brasil reconhecem a existência da República Oriental do Uruguai. ● 1835, início da ditadura de Rosas na Argentina. ● 1835-45, os estancieiros do Rio Grande do Sul promovem uma guerra civil contra o Império (inicialmente federalista, depois separatista). ● 1848-51, Guerra Grande onde o Brasil intervém no Uruguai apoiando caudilhos da oposição. A situação uruguaia era apoiada por Rosas (Peregalli, 1984, p.58-61). Vitória "brasileira". ● 1851-52, o Brasil faz guerra à Argentina; derrota e deposição de Rosas. ● 1864-70, guerra do Brasil, e depois do Uruguai e da Argentina, contra o Paraguai de Solano Lopez (Pesavento, 1982, p.57-9).

² Helga Piccolo resume assim:

"O longo processo de Independência do Uruguai não se esgotou na luta contra a dominação espanhola (em 1814, a luta contra o poder espanhol está terminada). Ela se prolonga contra o domínio luso-brasileiro (1817-1828) e teve seu último capítulo com a Guerra Grande (1843-1851), quando, com a queda de Rosas — para a qual o Brasil se mobilizou — se encerra a luta contra a política de sujeição e incorporação da antiga Banda Oriental ao governo de Buenos Aires." (Piccolo, 1985, p.42).

³ Não se pense, no entanto, que o Brasil fora agredido pelo Paraguai. As questões pendentes de fronteira entre os dois países prolongavam-se há muitos anos. O Brasil, contando com o financiamento inglês, podia partir para a guerra; o objetivo maior dessa guerra parece ter sido o de abrir o mercado interno do Paraguai para os ingleses (Pomer, 1986, p.20), como veremos mais adiante.

Paraguai, mas também a França e a Inglaterra desejavam a sua internacionalização. A variedade de soluções alternativas e sucessivas demonstram a complexidade dos interesses em jogo e as dificuldades de constituição desses Estados. Assim, por exemplo, além dos projetos brasileiro e argentino de simples anexação do Uruguai, em 1832 uma das soluções fazia do Uruguai e do Rio Grande do Sul um só Estado (Souza, 1985, p.114); uma outra, aventada em 1844, reunia Corrientes e Entre-Rios — hoje províncias argentinas — ao Uruguai e ao Brasil numa Federação (Love, 1975, p.15); Piccolo assinala que o projeto de Artigas visava à integração do quadrilátero formado pelo Uruguai, Missões (inclusive as rio-grandenses), Entre-Rios e Corrientes em um Estado (Piccolo, 1985, p.34-5). Por fim, desde 1810, Buenos Aires estava interessada na independência do Rio Grande do Sul para enfraquecer os esforços portugueses em direção ao Prata. Para Buenos Aires, era interessante a criação de um Estado “tampão” entre o Império Português e as Províncias Unidas do Prata (Leitman, 1979, p.51-2).⁴ Mais tarde, entre 1825 e 1828, quando Rivera e depois Lavalleja retomaram as lutas pela independência do Uruguai, ambos tentaram organizar a sublevação dos pecuaristas do Rio Grande do Sul (Leitman, 1979, p.53-6).

Caudilhos das várias Províncias do Prata, do Uruguai e do Rio Grande do Sul possuíam suas alianças particulares (militares ou não) que eram estabelecidas e desfeitas ao sabor das necessidades econômicas e de suas lutas pelo poder. Essas alianças — que envolviam a cedência de homens, cavalos, alimentos, dinheiro, armas e a concessão de asilo — se faziam à revelia mesmo das políticas e alianças dos governos dos respectivos ‘Estados Nacionais’, entre eles o Brasil. Esses caudilhos possuíam ‘políticas externas’ autônomas, por assim dizer. Em outras palavras, os Estados não estavam formados.⁵

Para os estancieiros do Rio Grande do Sul, as lutas internas do Uruguai eram importantes, pois, em 1857, calcula-se que “(. . .) os rio-grandenses possuíam um total de 428 estâncias sobre a fronteira, ocupando 1.780 léguas quadradas, ou seja, 30% do território Oriental” (Peregalli, 1984, p.69). Por seu lado, Leitman indica que, em 1860, a população brasileira no Uruguai representava 11% da população total (Leitman, 1979, p.169).⁶ Segundo Piccolo, a luta armada era o único meio

⁴ Em 1835, quando Rosas tomou o poder em Buenos Aires apoiou a ascensão de Oribe à Presidência do Uruguai, e os dois caudilhos utilizaram seu apoio aos revolucionários do Rio Grande do Sul para negociar com o império brasileiro (trataremos dessa revolução mais adiante). Os caudilhos propuseram ao Império do Brasil exigências humilhantes e inaceitáveis para a retirada se seu apoio aos revolucionários (Leitman, 1979, p.35).

⁵ Helga Piccolo assinala que as disputas entre os caudilhos uruguaios pelo poder, que em geral se faziam através da luta armada, afetaram tanto o Rio Grande do Sul como a Argentina, e, vice-versa, a guerra civil do Rio Grande do Sul contra o Império e as lutas entre as facções argentinas intervieram nas lutas internas uruguaias (Piccolo, 1985, p.51).

⁶ Bem mais tarde, em 1883, os rio-grandenses representavam 5.500 dos 18.237 proprietários do Uruguai (Leitman, 1979, p.169).

para que a oposição uruguaia chegasse ao poder. Assim, a fronteira tornou-se fonte de asilo político para os excluídos do poder e base para a ação política dos caudilhos uruguaia. Piccolo diz, então: “Os caudilhos uruguaia, ao fazerem da fronteira a base de sua ação política, envolveram o Rio Grande do Sul” (Piccolo, 1985, p.42).⁷

Essa visão mais geral se complexifica se apresentarmos outros elementos das formações históricas do Uruguai e do Paraguai. Chamamos atenção para as opções realizadas por essas formações no que tange ao acesso à terra ou à sua propriedade pelas populações desfavorecidas e para o projeto realizado no Paraguai, até a guerra de 1864-70, de um “desenvolvimento voltado para dentro” nos marcos de um monopólio de Estado.

Em 1815, a revolução que Artigas promoveu na região que hoje é o Uruguai distribuiu terras a índios, negros e aos “pobres do lugar”. Artigas atraiu os escravos, aí compreendidos os do Rio Grande do Sul, para a luta de independência com a promessa de liberdade e terra (Peregalli, 1984, p.48). Isso não só o afastou das Províncias Unidas do Prata (cuja independência era promovida pela burguesia comercial de Buenos Aires) como preocupou os senhores de terra e os charqueadores escravistas do Rio Grande do Sul. De uma forma mais longínqua, a proposta de Artigas ameaçava também as bases de toda a sociedade brasileira. Forças militares luso-rio-grandenses invadiram o território do Uruguai, esmagando a revolução de Artigas. A proposta de Artigas foi vista como um sinal de perigo tanto pelas classes dominantes luso-brasileiras em geral quanto pelas do Rio Grande do Sul em particular, assim como pelas que governavam em Buenos Aires. Quando Artigas foi derrotado, iniciou com seu exército uma longa marcha em direção ao exílio, no outro lado do rio Uruguai. O povo seguiu atrás do seu exército. Entre 1810 e 1820, a população do Uruguai (excluída a de Montevidéu) reduziu-se de 30.000 habitantes para 6.000 (Peregalli, 1984, p.46-8).⁸

⁷ Assinale-se que a autora, aparentemente, imprimiu, no trecho referido, um cunho passivo às ações dos pecuaristas do Rio Grande do Sul diante das lutas internas uruguaia, como se eles tivessem sido envolvidos e não como se eles fossem agentes imediatamente interessados nos resultados dessa luta, como ela deixara transparecer em outras passagens desse seu texto. Em um texto anterior (Piccolo, 1979, p.101-2), ela havia sido muito clara a respeito dessa interferência causada pela existência de propriedades de rio-grandenses no Uruguai. De qualquer forma, ela negou explicitamente a passividade dos pecuaristas rio-grandenses (Piccolo, 1989) e forneceu um belo exemplo ao assinalar que os rio-grandenses aceitavam com entusiasmo a idéia de fazer guerra ao Uruguai, mas que “espernearam” quando da convocação para a guerra do Paraguai, dizendo “essa guerra não nos diz respeito”. Ela assinala, então, que eles não possuíam propriedades no Paraguai.

⁸ Helga Piccolo foi muito clara a respeito da revolução artiguista:

“Deve-se considerar ainda que a intervenção luso-brasileira concretizada e vitoriosa, ao menos temporariamente, contribuiu para a derrota do projeto emancipacionista de Artigas, que (...) não podia ser bem visto pelas elites proprietárias, tanto as platinas como as do Rio Grande do Sul. Um projeto em que era defendido o livre acesso à terra (...) ameaçava o tipo de dominação então vigente. As classes sociais privilegiadas (latifundiários e comer-

Derrotado, Artigas refugiou-se no Paraguai, onde o Doutor Francia concretizava um projeto semelhante ao seu. Francia assumira o poder no Paraguai em 1814 e, em 1816, foi designado Ditador Perpétuo, governando até 1840. Foi sucedido por Carlos Lopes e, depois, por Francisco Solano Lopes, seu filho, que continuaram as políticas traçadas por Francia até a derrota do Paraguai em 1870...⁹

Celso Furtado indicou que a formação dos Estados latino-americanos com a conseqüente delimitação de fronteiras “que possuíam precária base histórica” provocaram a eclosão de guerras e também a modernização das forças militares desses países, através de assistência técnica militar, sobretudo européia. Furtado assinala também que as primeiras instituições a se modernizarem nesses países foram as militares (Furtado, 1979, p.5).

cientes) não só aceitaram a conquista luso-brasileira como também foram agentes ativos da desintegração do projeto artiguista. Assim, a anexação de 1821 afastou a possibilidade de uma mudança nas estruturas herdadas da colônia. Com a derrota da etapa artiguista do processo de descolonização do Uruguai não só foi vencida a etapa radical da revolução mas foram vencidas as massas de pequenos proprietários, posseiros, gaúchos, peões, índios, mulatos, etc., que eram a base do projeto de Artigas. Esse projeto reformista, no referente à construção do Estado, visava à integração do quadrilátero — Uruguai, Missões (incluindo as brasileiras), Entre-Rios e Corrientes — e era, pois, por sua vizinhança, uma ameaça latente ao sistema de dominação tradicional no Rio Grande do Sul. Assim como Artigas não era apoiado pelas classes privilegiadas platinas — que a ele preferiram o conquistador (que lhes devolveu os bens confiscados por Artigas) —, esse conquistador, instrumento de uma dominação tradicional e senhorial, só teria a ganhar com a derrota do caudilho” (Piccolo, 1985, p.34-5).

⁹ Léon Pomer assinalou que o projeto paraguaio no século XIX se caracterizava:

- a) por ter dado às camadas pobres da população, inclusive aos índios, acesso à terra, em estâncias do Estado, a qual era arrendada a preços acessíveis. Nessas “estâncias da Pátria”, praticava-se a agricultura, a pecuária e também o artesanato. As terras arrendadas pelo Estado haviam sido anteriormente ocupadas pelos jesuítas ou haviam sido latifúndios particulares que foram expropriados;
- b) pela estatização das plantações de erva-mate e dos bosques que forneciam madeira para construção;
- c) pelo controle do Estado sobre a produção industrial e sua promoção (a fundição, por exemplo, onde se fabricavam implementos agrícolas e armas para o exército). Fábricas do Estado construíam barcos à vela e a vapor, construíam estradas de ferro, telégrafos, produziam papel, pólvora, louça, tintas, enxofre, exploravam o salitre e produziam cal. Em síntese, era um projeto de auto-suficiência, onde não era permitida a importação de bens suntuários e onde a produção agrícola do País não se integrava à divisão internacional do trabalho nos moldes então vigentes. Não existia, pois era incipiente e seus poucos representantes haviam sido eliminados, uma burguesia comercial ligada a interesses estrangeiros. O Estado monopolizava os meios de produção e dirigia o “desenvolvimento”; o comércio internacional do País estava sob o controle do Governo. A produção de algodão, enfim, interessou à indústria inglesa, assim como a abertura do “mercado interno” paraguaio (Pomer, 1986, p.14, 16-7). A guerra tornou-se necessária para dismantelar esse projeto exótico.

Assim, os Estados constituíram-se ao longo do século XIX, realizando experiências sociais, políticas e econômicas diferenciadas; o Rio Grande do Sul foi a parte do território brasileiro mais afetada pelos problemas criados pela fronteira, pela vizinhança de projetos políticos e sociais que eram opostos à sua constituição e pelas guerras engendradas pelo processo de formação desses Estados. Por fim, até o final da guerra dos Farrapos (em 1845), não era clara a opção da classe dominante do Rio Grande do Sul pela integração ao Brasil, como veremos a seguir.

2.1 – A revolução dos pecuaristas contra o Império do Brasil

É preciso destacar nesse contexto de formação de Estados o caso da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul. Entre 1835 e 1845, os pecuaristas rebelaram-se contra o Império do Brasil, proclamando, em 1837, a República do Piratini na Província do Rio Grande do Sul.¹⁰ Entre 1837 e 1845, essa República constituiu-se num Estado à parte do Império do Brasil. A região da Província que esteve sob o controle da República foi a da pecuária. Porto Alegre e a região colonial (São Leopoldo) continuaram fiéis ao Império e sob o seu controle, assim como o litoral dos charqueadores de Pelotas e de Rio Grande. Foram 10 anos de guerra. A pacificação não envolveu punições aos revoltosos. Pelo contrário, eles foram anistiados, integrados ao Exército Imperial com os mesmos postos militares que detinham no exército da República do Piratini e adquiriram o direito de escolher o Presidente da Província. Este último garantiu aos estancieiros (mas também aos charqueadores) a hegemonia política da região até o final do século (Freitas, 1985, p.119). Para o Império, a pacificação do Rio Grande do Sul era sumamente importante, pois virtualizava-se um novo conflito entre o Brasil e a Argentina de Rosas.

À parte o fato de que os mercados do charque rio-grandense estavam no Brasil, um outro fato opunha pecuaristas e charqueadores. Os pecuaristas queriam que as fronteiras fossem abertas de maneira a deslocar seu gado para o Uruguai e para Corrientes, tanto para a engorda quanto para vendê-lo em Montevidéu. Os charqueadores queriam o fechamento da fronteira e a tributação do gado exportado para o

¹⁰ José Honório Rodrigues sustenta que as revoluções populares do Nordeste do Brasil foram reprimidas a ferro e fogo, enquanto esta do Rio Grande, assim como a de São Paulo e Minas Gerais em 1842 não sofreram o mesmo tratamento. A razão, para o autor, está no fato de as rebeliões do Rio Grande do Sul, de Minas e de São Paulo terem sido rebeliões entre iguais (isto é, rebeliões de frações da classe dominante) e que eram, portanto, rebeliões que não desejavam mudar as estruturas do País, em oposição às rebeliões nordestinas (Rodrigues, 1988, p.49). Nestas, não só as elites regionais se revoltaram, mas também o povo. Essas elites regionais optaram pela submissão ao poder do Rio de Janeiro diante do levante popular (Freitas, 1985, p.114) e da ameaça das rebeliões de escravos.

Uruguai. Pretendiam, com isso, reservar-se a oferta do gado do Rio Grande do Sul (Leitman, 1979, p.26-31).

“(...) que o conflito representou uma rebelião dos senhores de terra e gado do Rio Grande do Sul contra a dominação que a oligarquia do centro do país, empresária da independência, buscava impor sobre as províncias da jovem monarquia brasileira” (Pesavento, 1985, p.6).

No entanto, os historiadores dividem-se na interpretação dessa guerra civil: assim, Alfredo Varela compreendeu-a como republicana, separatista e como fazendo parte do ciclo de guerras platinas.¹¹ Em resposta, historiadores como Dante de Laytano a viram como pertencente ao ciclo de guerras civis que explodiram durante as décadas de 30 e 40 do século passado em todo o País e que expressavam a luta federativa (se necessário separatista), republicana e liberal das províncias contra o centralismo e a monarquia do Rio de Janeiro. De qualquer modo, Laytano afirmou que o nacionalismo (brasileiro) dos Farrroupilhas não poderia ser posto em discussão (Laytano, 1983, p.17-36).¹²

Para a nossa questão, a de que a formação histórica do Rio Grande do Sul é diversa da brasileira das Regiões Leste e Nordeste, a simples existência do debate é suficiente, pois ela atesta a dificuldade de determinação da *appartenance* histórica dessa Revolução.

¹¹ Vejamos o que diz Spencer Leitman:

“A esse respeito, quase todos os historiadores brasileiros têm posição contrária às interpretações do rio-grandense Alfredo Varela. Nas suas minuciosas pesquisas sobre a Guerra dos Farrapos, Varela demonstrou o caráter separatista da revolução. Foi imediatamente alvo da hostilidade de grande número de escritores. Seu ponto de vista, principalmente no Brasil nacionalista de hoje, é considerado como tendo atingido o limiar da traição. Não é minha intenção tomar partido nesta permanente controvérsia histórica, mas considero as pesquisas de Varela as mais sólidas e as mais completas” (Leitman, 1979, p.10).

Almeida analisou o discurso historiográfico oficial no Rio Grande do Sul entre 1920 e 1935, período em que se inscreve a “escalada dos gaúchos” no cenário político nacional, como veremos nas duas últimas partes deste ensaio. Em 1935, o ano do centenário da Revolução, foi realizado o Primeiro Congresso de História e Geografia, promovido pelo Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Nesse Congresso, as teses separatistas de Varela foram ácidas e insistentemente combatidas (Almeida, 1987, p.61-3, 69-79, 81). No contexto brasileiro dos anos 30, com Getúlio Vargas na Presidência, a mobilização geral dos historiadores gaúchos contra as teses separatistas de Varela justificava-se para combater a idéia de que o Rio Grande do Sul “invadira” e submetera o Brasil, detendo assim, ilegitimamente, a Presidência da República.

¹² As mais importantes entre essas revoluções foram: em 1824, a Confederação do Equador em Pernambuco; em 1831, a Federação dos Guanais na Bahia; em 1835, a Guerra dos Farrapos no sul e a Cabanagem no Pará; em 1837, a Sabinada na Bahia; em 1838, a Balaiada no Maranhão; e, em 1848, a Praieira em Pernambuco (Freitas, 1985, p.111).

Historiadores de hoje, como Pesavento, preferem compreendê-la dentro dos marcos do processo de descolonização do início do século XIX (Pesavento, 1985, p.9). Mas foi Helga Piccolo quem precisou a questão da descolonização para os pecuaristas do sul, ao assinalar que eles não somente não tinham acesso ao poder decisório superior do Império como não tinham forças para enfrentar os interesses opostos dos grupos dominantes das outras regiões, mas também porque eles atribuíam ao sistema de tributação colonial “todos os males de sua economia”, e este continuava em vigor, ou seja, para os pecuaristas do sul, a descolonização não se completara (Piccolo, 1985, p.36). Do ponto de vista deles, a Independência não alterara o estatuto colonial das regiões, o poder centralizador de Lisboa fora substituído pelo do Rio de Janeiro (Freitas, 1985, p.112); o que se alterara fora somente o centro, não a relação do Rio Grande do Sul com o mesmo.

A “lista” das reclamações gaúchas frente ao Governo Imperial era extensa. Em primeiro lugar, o sistema fiscal continuava o mesmo do período colonial: 2% sobre o gado enviado ao Uruguai, um quinto do valor do couro exportado ao Uruguai e 15% do gado importado do Uruguai (Leitman, 1979, p.133). Esses tributos afetavam o deslocamento do gado para engorda no Uruguai e oneravam o couro. Roberto Simonsen indicou que, em 1835, segundo o Manifesto da República Rio-Grandense, os pecuaristas reclamavam da existência de pagamentos de direitos de entrada dos animais em cada uma das províncias no percurso até São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (Simonsen, 1962, p.177, 197). Isso elevava, sobremaneira, o preço dos animais e restringia o mercado. Mas os pecuaristas também desaprovavam as despesas da Corte no Rio de Janeiro e se sentiam roubados pelo Governo Imperial: Leitman indica que o Rio Grande do Sul acumulava *superavits* todos os anos; o Governo Imperial pagava suas dívidas com as outras províncias, mas não as com o Rio Grande do Sul. E mais, a parte mais importante da dívida interna do Governo Imperial era a favor de credores particulares do Rio Grande do Sul (soldados, agricultores, pecuaristas) e derivavam de dívidas de guerra. O Governo Imperial deslocava dinheiro diretamente dos cofres públicos do Rio Grande do Sul para pagar suas dívidas com os bancos ingleses (Leitman, 1979, p.126-7).

Do ponto de vista do resultado dessa guerra, uma vez que o Rio Grande do Sul acabou por fazer parte do Brasil, a segunda interpretação seria, talvez, a mais correta. Pensamos, no entanto, que esse resultado político não estava definido. Os pecuaristas do sul possuíam o mesmo modo de vida dos platinos (o que poderia aproximá-los), conviviam com suas experiências republicanas, eram o único segmento das classes dominantes brasileiras que se defrontara militar e continuamente com outras nacionalidades, e a política centralista do Império contrariava seus interesses. Por outro lado, seus mercados estavam no Brasil, assim como seus povoadores eram provenientes de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e dos Açores — sobre os povoadores ver Rodrigues (1986, p.34). Pensamos, então, que a classe dominante regional hesitou entre a solução federativa e a separatista.

3 — A sociedade do Rio Grande do Sul enquanto fruto da fronteira em guerra

Durante o século XIX, a sociedade que se foi estruturando no Rio Grande do Sul foi fruto da fronteira em guerra. Essa sociedade foi então simultaneamente produzida pelo “Estado-Nação” em fase de constituição — o Brasil — e pelas forças regionais propriamente ditas. Esse território, assolado pela guerra intermitente, lastreou a formação de uma sociedade peculiar em relação à brasileira. Com efeito, essa sociedade alcançou o final do século XIX com uma estrutura social inédita para o Brasil de então. Essa estrutura social multiplicou e aprofundou os laços já existentes entre a economia do Rio Grande do Sul e as cidades dos subsistemas agroexportadores do Brasil; e o Rio Grande do Sul tornou-se o único subsistema brasileiro voltado para as trocas inter-regionais. Como veremos ao longo deste texto, a precocidade da sociedade que se gestou no sul não se limitou ao destino que dava à sua produção. Em primeiro lugar, veremos como essa sociedade brotou da fronteira em guerra e que forças — internas e externas à região — entraram em jogo para estruturar, no sul, uma sociedade original em relação à sociedade brasileira do século XIX.

Sublinhamos, inicialmente, a peculiar estrutura fundiária do Rio Grande do Sul em relação à do resto do Brasil. Na magnitude da experiência sulina, nenhum outro estado do Brasil possuiu sua área rural estruturada dessa forma: de um lado, uma região de grandes propriedades (região da pecuária), de outro, uma região de pequenas propriedades (primitivamente região de policultura-pecuária).¹³ Essa estrutura, que marca até hoje a paisagem agrária do Estado, teve sua origem na situação fronteiriça do Rio Grande do Sul.

Faremos, então, um inventário das estruturas econômicas, sociais e políticas do Rio Grande do Sul que derivaram da sua situação fronteiriça.

Os preadores de gado que inicialmente ocuparam o território do Rio Grande do Sul o fizeram à revelia do Império Português. A Espanha protestava contra sua presença, e o Estado português remetia admoestações aos preadores de gado. Mas a ocupação privada do território foi ocorrendo mesmo assim. Décio Freitas denominamos de “empresários-guerreiros” e assinala que o Rio Grande do Sul foi “(...) a única porção do território brasileiro conquistada pelos próprios moradores, através de guerras contra uma potência europeia” (Freitas, 1985, p.115). O Estado português veio a reboque, distribuindo títulos que legitimavam a propriedade e, assim, caucionan-

¹³ Em outro texto, já indicamos as diferenças maiores entre as estruturas fundiária, agrícola e social que foram criadas no Rio Grande do Sul e as do Brasil em geral (Targa, 1988). Assinalávamos, então, que elas repousavam sobre trinômios básicos diferentes: a grande propriedade no sul não era agroexportadora, nem essencialmente escravista. No presente texto, limitar-nos-emos à exposição dos traços particulares do Rio Grande do Sul como derivação de sua condição de fronteira em guerra.

do o controle privado dos rebanhos e da terra (Rodrigues, 1988, p.47). Dessa ocupação resultou a formação dos latifúndios pecuários do Rio Grande do Sul.¹⁴

Ainda segundo Rodrigues, eram os bandos armados, criados e comandados pelo poder privado que possuíam eficácia militar nos combates fronteiriços e não o exército regular do Império Português (Rodrigues, 1988, p.48). De 1821, data da incorporação militar do Uruguai ao Reino de Portugal, até o final da guerra do Paraguai (1870), foram as populações do Rio Grande do Sul que forneceram grande parte dos contingentes humanos e materiais necessários às guerras. Os Impérios, tanto o português quanto o brasileiro, negligenciaram o pagamento das indenizações devidas aos habitantes do território.

A produção das estâncias e das charqueadas destinava-se, predominantemente, ao mercado brasileiro, fato que criava conflitos de interesse entre os pecuaristas do sul e os senhores de terras e escravos do resto do País. O produto era utilizado para a alimentação dos escravos no Brasil, não possuía tarifa protecionista em relação ao similar platino e era onerado pelas taxas de importação sobre o sal de Cadiz. Como, em geral, predominaram os interesses dos fazendeiros agroexportadores do resto do País, derivamos, desse fato, uma menor força política dos senhores de terra do sul face a seus congêneres de outras regiões do Brasil.

É necessário salientar que para os agroexportadores escravistas brasileiros era tão importante manter dentro do território brasileiro uma área fornecedora de charque e de animais de transporte, quanto deixar as portas abertas à concorrência estrangeira, dada a importância estratégica dos dois produtos. No caso particular do charque, o Rio de Janeiro podia então jogar com a oferta interna e a externa do produto.

Ora, a fraqueza da classe dominante gaúcha não era senão relativa, ela possuía sua contrapartida. Pois, se os pecuaristas e charqueadores do sul não conseguiram a reserva do mercado nacional para o seu produto, eles se tornaram um segmento contestador dentro da classe dominante dos grandes proprietários de terra no Brasil (Piccolo, 1988). E mais, constituíram um segmento que possuía um poder militar privado não desmobilizável, posto que necessário, dada a existência da fronteira sempre virtualmente em conflito. Assim, em função da fronteira em guerra, do que produziam, dos mercados dos seus produtos, de seus concorrentes e da posição que ocupavam em relação aos outros segmentos dos grandes proprietários de terra do Brasil, os latifundiários pecuaristas do sul estabeleceram uma relação com o Estado do Brasil que era de mútua complementaridade, dependência e oposição.

Se a preação do gado criou a fronteira e foi responsável pela formação da grande propriedade no Rio Grande do Sul, em seguida foi a fronteira que determinou tanto o tipo de grande proprietário-soldado quanto a criação de uma região de pequenas propriedades no sul. Vejamos por quê.

¹⁴ Helga Piccolo vê de outra forma: dado que o Estado português e os preadores tinham, no fundo, os mesmos interesses, Portugal simplesmente "fingia" frente aos espanhóis, posto que era mais fraco (Piccolo, 1989).

No final do século XVIII, existiram tentativas de criação de uma classe média rural não escravista durante a administração pombalina. Fizeram parte dessa iniciativa as experiências de colonização açoriana no Brasil, aí compreendida a que se realizou no Rio Grande do Sul, no século XVIII. Um dos determinantes do fracasso dessas experiências foi que os colonos se transformavam em senhores de escravos (Oberacker Jr., 1985, p.221).

Por outro lado, a historiografia aceita que a idéia da tentativa seguinte de criação de uma área de pequenas propriedades no Rio Grande do Sul partiu da Imperatriz Dona Leopoldina, esposa de Dom Pedro I, que era de origem austro-húngara.¹⁵ O cinturão de pequenas propriedades que existiam nas fronteiras do Império Austro-Húngaro com a Turquia teria sugerido seu estabelecimento nas fronteiras do sul do Brasil (Oberacker Jr., 1985, p.223). Mas era também um projeto que se referia à necessidade de introduzir o trabalho livre (e branco) no País, respondendo, assim, também às pressões inglesas pela abolição do tráfico negreiro (abolição esta que ameaçava a existência do Estado escravista a médio e longo prazo).

George Browne¹⁶ assinalou com extrema pertinência que o projeto do Trono de criar suas próprias bases sociais (fora do latifúndio escravista) envolvia a criação de colônias militares de pequenos proprietários, necessariamente imigrantes europeus, e a importação de mercenários para constituir tropas de elite, a fim de manter as guerras externas e de evitar os movimentos separatistas ou republicanos internos (Browne, 1979, p.1-2).

Considerado o Brasil de então, o significado desse projeto era de transformação da estrutura social via introdução da pequena propriedade e do trabalho livre. Para o Trono, a função desse projeto era criar um apoio político alternativo ao da grande propriedade; esse projeto poderia liberar a Coroa, a longo prazo, da sua dependência *vis-à-vis* ao latifúndio escravista. Somente no Rio Grande do Sul, a experiência concretizou-se plenamente e com sucesso, através da Fundação de São Leopoldo. E foi aí que, ao longo do século XIX, ela foi sendo ampliada.¹⁷ Mais adiante, neste texto (na parte referente à ditadura), veremos que, a longo prazo, o projeto terminou por atingir seu objetivo: ele acabou transformando a sociedade, não dire-

¹⁵ Existem outras, também, como a que se refere à admiração que José Bonifácio de Andrada e Silva possuía pelos cossacos (como veremos mais adiante).

¹⁶ Tomamos conhecimento do texto de Browne através de um participante do Seminário de História Econômica realizado em 1979 na Universidade Federal de Santa Catarina, quando este estudo foi apresentado.

¹⁷ É verdade que em Santa Catarina houve uma outra experiência de sucesso com os imigrantes alemães, nas regiões de Blumenau e Joinville. Mas a magnitude da experiência foi consideravelmente menor do que no Rio Grande do Sul. Um dos motivos residia na ausência de um mercado urbano significativo nos arredores. Essa experiência não teve as repercussões históricas e políticas da que ocorreu no Rio Grande do Sul. Por outro lado, Santa Catarina não teve nenhum papel no jogo político do Império e da I República.

tamente a brasileira, mas uma parte dela, a sociedade do Rio Grande do Sul. Com efeito, Browne deixou muito claro:

“(...) a queda do Imperador diminuiu as possibilidades de um fim mais próximo para a escravidão e do desenvolvimento de alternativas ao domínio de uma agricultura orientada para [a] exportação e baseada na grande propriedade” (Browne, 1979, p.1).

Portanto, a sugestão da Imperatriz também respondia à necessidade de criação de um poder agrário alternativo ao dos grandes proprietários de terras e de escravos pela implantação de uma classe média rural em pequenas propriedades.¹⁸

A razão para que a Coroa decidisse incentivar a formação de uma classe alternativa vinculou-se às desavenças surgidas, e que foram se aprofundando, entre o Imperador Dom Pedro I e o Legislativo do Império, composto por grandes proprietários e comerciantes. O Legislativo tentava restringir, na Constituição em elaboração, os poderes do Imperador. Dom Pedro I usou suas tropas mercenárias, comandadas por oficiais portugueses, para dissolver o Legislativo. O comando do Exército e a cúpula da administração do Império (cargos ocupados por portugueses) passaram a constituir as forças de apoio do Imperador, progressivamente mais isolado em relação aos grandes proprietários e grandes comerciantes “brasileiros”. As próprias guerras que Dom Pedro I promoveu no Prata e na Guiana eram impopulares no Brasil e vistas como atendendo mais aos interesses dos portugueses e de Portugal do que os dos brasileiros e do Brasil.¹⁹ O conflito estendeu-se até 1831, quando Dom Pedro I foi forçado a abdicar.

¹⁸ No que diz respeito, particularmente, ao projeto de colonização no Rio Grande do Sul, Pesavento sublinha a intenção de criar uma classe fiel ao Governo Imperial para contrabalançar o poder dos latifúndios (Pesavento, 1985, p.13).

¹⁹ A cúpula portuguesa do Exército, as tropas mercenárias e a impopularidade das guerras contribuíram decisivamente para que as classes dominantes e o “povo” formassem uma idéia razoavelmente antimilitarista. Esses fatos constituíram uma das raízes das dificuldades do Exército brasileiro em afirmar-se enquanto instituição e força política frente a outras instituições da sociedade brasileira. Mas a diferença ainda é maior quando a posição social do Exército brasileiro no século XIX é comparada à dos outros exércitos da América do Sul. Os exércitos desses países foram vistos como patrióticos e nacionalistas pelas suas populações, pois estiveram engajados em longas guerras de independência contra a Espanha. O Exército do Imperador, pelo contrário, com seu oficialato português e suas tropas de elite mercenárias (o que dividia o Exército e provocava brigas entre os diversos grupos e os brasileiros), era visto como um exército de ocupação, uma força alienígena. A diferença dos outros povos da América do Sul, o tipo de independência que ocorreu no Brasil não oportunizou o endividamento da sociedade para com heróis militares de guerra (Johnson, 1966, p.183-6). Por fim, a exclusão social do Exército no Brasil tornou-se patente quando da criação da Guarda Nacional, poder militar concorrente ao do Exército, controlado pelos grandes proprietários rurais (a face armada das oligarquias rurais brasileiras) e corporação onde a elite era incorporada militarmente. O Exér-

O que importa reter é que esse projeto de implantação da pequena propriedade emanou do Estado, representando uma solução para as dificuldades da monarquia no seu relacionamento com a classe proprietária do País. De fato, ele foi concebido como alternativo ao poder da grande propriedade, mesmo que tenha sido um projeto que se vinculou à necessidade de povoamento de uma região de fronteira. Nesse sentido, esse projeto era uma solução a vários problemas que o poder central do Estado brasileiro enfrentava: por um lado, frente à pressão inglesa pela abolição da escravidão, às convulsões advindas da formação dos Estados do Prata e ao conseqüente estabelecimento de fronteiras; por outro, esse projeto permitia ao Trono dar-se uma base social alternativa à dos criadores-soldados, dentro da própria região dominada por eles.

Do fato de não terem conseguido a reserva do mercado nacional para o seu produto, havíamos derivado a 'fraqueza relativa' dos pecuaristas e charqueadores do sul face aos outros segmentos da classe de grandes proprietários de terra e de escravos do Brasil. Dessa fraqueza, teria decorrido a aceitação do estabelecimento de pequenas propriedades no Rio Grande do Sul. Por certo que os pequenos proprietários seriam assentados em áreas que não interessavam à pecuária, pela presença de florestas, de montanhas e de índios, ou seja, onde a pequena e a grande propriedade não disputariam o mesmo solo, nem mesmo se avizinhariam. No entanto os grandes proprietários das províncias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo conseguiram afastar de suas regiões a instituição da pequena propriedade. Dessa forma, seguimos Helga Piccolo (Piccolo, 1988) quando afirma que a instituição de um poder agrário alternativo ao da grande propriedade se tornava mais necessário na região onde os grandes proprietários mais contestavam o poder central, ou seja, no Rio Grande do Sul.

As tropas de elite do Imperador, como já referimos anteriormente, foram recrutadas entre populações da Alemanha e da Irlanda. Os emigrantes eram atraídos como colonos a quem eram prometidas pequenas propriedades. Mas os emigrantes eram informados tardiamente da condição imposta de prestação de serviço militar por seis anos antes de terem acesso à terra. Os irlandeses só foram informados quando de sua chegada ao Brasil, e as populações do sul da Alemanha, que já haviam vendido seus bens, eram informadas quando de sua chegada a Hamburgo. Alguns desses soldados acabariam por integrar o primeiro núcleo colonial alemão do Rio Grande do Sul — o de São Leopoldo, fundado em 1824 — depois que a Assembléia do Império dissolveu os batalhões de mercenários em 1828.

cito brasileiro deixaria, assim, de poder recrutar seus oficiais entre as elites proprietárias do País. As conseqüências disso ficam claras quando recordamos, com Murilo de Carvalho, que o recrutamento é a relação entre a corporação militar e a sociedade (Carvalho, 1977, p.184). O exército vai, então, recrutar seus oficiais fora da classe dominante, e isso terá conseqüências importantes ao determinar as posições antiligrúicas dos tenentes durante a I República.

Vejamos as instruções que José Bonifácio de Andrada e Silva dera ao emissário que fora tratar com Francisco I, em Viena, o reconhecimento da independência do Brasil; o texto é exemplarmente claro no que tange às intenções e objetivos:

“Depois de ter sondado às vistas da corte de Viena e dos outros Príncipes d’Alemanha e de ter procurado interessá-los a favor do Brasil, passara a outro ponto essencial de sua missão que vem a ser; ajustara uma colônia rural-militar que tenha pouco mais ou menos a mesma organização dos cossacos do Dom e do Ural; a qual se comporá de duas classes. 1.º de atiradores que **debaixo do disfarce de colonos** serão transportados para o Brasil, onde deverão servir como militares pelo espaço de seis anos. 2.º de indivíduos puramente colonos, aos quais se concederão terras para o seu estabelecimento, **devendo porém servirem como militares em tempo de Guerra**, à maneira de cossacos, ou milícia armada, vendendo no tempo de serviço o mesmo soldo que têm as milícias Portuguesas quando se acham em campanha” (os grifos são nossos) (Andrada e Silva apud Browne, 1979, p.5-6).

Browne assinalou que, entre 1823 e 1830, o projeto do Imperador atraiu de 12.000 a 15.000 mercenários e imigrantes. Os imigrantes foram distribuídos em colônias agrícolas no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina (as entradas dos caminhos de tropas na floresta com índios) e uma a 300 quilômetros de São Paulo (onde o caminho saía da floresta). Segundo Browne, a distribuição dos colonos foi a seguinte:

Tabela 1

Número de imigrantes colocados nas colônias estratégicas

COLÔNIAS	IMIGRANTES
São Leopoldo (Rio Grande do Sul)	4 856
São Luís da Leal Bragança (Rio Grande do Sul)	100
São Pedro de Alcântara das Torres (Rio Grande do Sul)	360
São Pedro de Alcântara (Santa Catarina)	635
Rio Negro (Paraná-São Paulo)	247
TOTAL	6 198

FONTE: BROWNE, George P. (1979). Soldados ou colonos: uma visão da estrutura política do 1.º Reinado. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA. /Santa Catarina/, UFSC. (mimeo). p.26.

Entre as colônias criadas pelo projeto do Trono, São Leopoldo foi de longe a mais importante, e sua prosperidade esteve atrelada à proximidade do mercado urbano de Porto Alegre. Torres é, ainda hoje, uma pequena cidade, e as outras desapareceram. O projeto do Trono não foi continuado por decisão da Assembléia em 1830, quando de um mesmo golpe desapareceram as tropas de elite e a continuidade do projeto de colonização.

Por fim, não é demais repetir que a criação de uma área de pequenas propriedades agrícolas no Rio Grande do Sul procurava também sanar outros problemas que derivavam da fronteira: alimentos para as tropas, contingentes populacionais mobilizáveis, população sedentária, concentração populacional, liquidação dos índios nas florestas.²⁰

Mostramos, até aqui, como a fronteira e a guerra engendraram as estruturas econômica, fundiária e social do Rio Grande do Sul: seu latifúndio pecuário e sua classe dominante, o poder privado armado dessa classe, mas também a formação de uma classe de pequenos proprietários rurais que valorizavam a terra através do trabalho familiar livre. Emanaram, portanto, da fronteira e da guerra tanto os projetos privados daqueles que se tornaram a classe dominante regional como os projetos criados pela monarquia do Brasil. O projeto do Governo Central — de formação de uma classe média rural no sul — devia constituir um duplo contrapeso ao poder regional dos grandes proprietários: por um lado, contra-arrestar o poder da grande propriedade em geral e, por outro, contra-arrestar o poder militarizado (e não obrigatoriamente fiel ao Império) da classe dominante da região.

Vejam, então, nessa **inovação social** — concretizada no território do Rio Grande do Sul pelo Governo Imperial — o verdadeiro fundamento da idéia que Antônio Barros de Castro formulou: a economia do Rio Grande do Sul foi precocemente voltada para o mercado interior brasileiro (Castro, 1980, p.42). Ora, essa precocidade econômica foi efeito de uma precocidade social que derivou das necessidades do Trono (ou, do Estado em formação), tal como foram acima expostas. Essa inovação social foi concretizada no Rio Grande do Sul: por razões políticas foi criada uma classe média rural proprietária.²¹ Num país onde a segmentação social era simplificada ao máximo,²² criou-se, por necessidades políticas, uma classe proprietária rural diversa da que detinha o poder. Insistimos, o quadro era agrário e, do ponto de vista do tipo de poder que era a monarquia brasileira, a solução encontrada para contra-arrestar o poder dos grandes proprietários foi a de criar uma classe, também proprietária, mas cuja organização da produção fosse outra que a escravista.

²⁰ Havia embutido no projeto de colonização em pequenas propriedades com europeus um projeto racista de branqueamento da população do Brasil (Piccolo, 1988). De fato, a pergunta que o Trono poderia fazer a si próprio era: o que é um Imperador que reina sobre uma massa de negros-escravos?

²¹ Essa é uma “classe média” em relação à estrutura social da época. Os pequenos proprietários podem tornar-se, mais tarde, camponeses pobres e serem expropriados.

²² Por onde se olhar, existiam sempre e somente dois pólos: grandes proprietários e escravos; homens livres-proprietários-ricos e homens livres-despossuídos-pobres.

O território do Rio Grande do Sul serviu de palco para uma experiência original no Brasil de então: a **diversificação social**. Nesse sentido, a estrutura social clássica brasileira foi precocemente transformada no Rio Grande do Sul na medida em que foi criada uma nova classe social rural. Podemos afirmar, também, que a sociedade agrária do Rio Grande do Sul se **modernizou** precocemente em relação à sociedade brasileira.²³

Na verdade, o binômio **fronteira em guerra mais diversificação social** resume, por excelência, o traço original da trajetória histórica do Rio Grande do Sul. No final das contas, foi bem desse binômio que penderam todas as outras originalidades econômicas, sociais e políticas da história regional, como veremos mais adiante. Nesse caso, o primeiro termo do binômio criou a possibilidade do segundo, mas, em definitivo, foi exatamente a diversificação social que encaminhou a história do Rio Grande do Sul por uma estrada diferente da percorrida pelo conjunto da sociedade brasileira.

A experiência do Rio Grande do Sul foi única no Brasil, pelo conjunto (simultâneo, portanto) dos argumentos que apresentaremos a seguir:

- a) somente três estados desempenharam um papel político decisivo na I República: por um lado, São Paulo e Minas Gerais, que se alternaram na Presidência da República, e, por outro, o Rio Grande do Sul, que substituiu a Bahia depois de 1910;
- b) a partir do final do Império, em nenhum estado a diversificação social rural alcançou o nível de concretude atingido pela sociedade do Rio Grande do Sul;
- c) a existência de um segmento de pequenos proprietários rurais alternativo ao dos grandes proprietários não provocou em qualquer outro estado da Federação as consequências políticas, econômicas e históricas que ela criou no Rio Grande do Sul. Em São Paulo, porque ele não existiu, uma vez que se formou a partir da I República, nas crises do café, mas, sobretudo depois de 1930, e em Minas Gerais, porque ele era politicamente inexpressivo.

Pelo bem ou pelo mal, a diversificação social do sul teve um peso definitivo na história da região. Foi por sua causa, por exemplo, que a classe dominante gaúcha pôde se cindir, e daí o sangue corrido entre 1893 e 1895, como veremos mais adiante. Um exercício muito simples é o de tentar imaginar a história do Rio Grande do Sul na ausência dessa classe de pequenos proprietários: sem sua presença na cena, qual teria sido a história do Rio Grande do Sul? Qual seria o seu presente? Sem eles, os cenários social, econômico e político do Rio Grande do Sul teriam sido outros,

²³ Estamos utilizando o termo inovação no sentido de introdução de uma novidade, de aparecimento de algo que não existia; por outro lado, no que tange ao uso de "modernização", neste contexto, estamos supondo que uma sociedade mais complexa é uma sociedade mais moderna, se tivermos presente o ponto de partida: a estrutura social do Brasil de então.

irreconhecíveis. A história teria percorrido outras estradas, a sociedade se teria colocado outros problemas, mas seguramente não os que a sociedade rio-grandense se colocou na passagem (brasileira) do escravismo para o capitalismo. E mais, salientamos que a origem dessa inovação social, ou seja, o móvel do agente empreendedor, foi fundamentalmente política e não econômica. No caso do Rio Grande do Sul, insistimos na inovação política do social e não na sua inovação econômica. A cadeia seria a seguinte: as necessidades políticas (da Coroa), a criação do social (a nova classe proprietária rural), o resultado econômico (a diversificação econômica e a articulação ao mercado brasileiro).²⁴

Podemos afirmar, então, que foi a fronteira conflituada que engendrou as estruturas sociais no sul. De forma imediata ou não, à partir das necessidades das populações locais ou das necessidades do poder central do Brasil, as estruturas sociais do sul podem ser sempre referidas à situação criada pela fronteira em guerra. De fato, a fronteira é uma questão de Estado. Essas estruturas foram a resposta do político às necessidades criadas pela guerra. Elas atestam o surgimento de uma sociedade nova no Brasil de então; uma sociedade cujo aparecimento viria a ter consequências importantes para a história nacional. É por isso que afirmamos que o Rio Grande do Sul foi uma encruzilhada entre duas formações sociais — a platina e a brasileira — e que, ao terminar por fazer parte do Brasil, se tornou, até um certo ponto, uma formação histórica estranha a ele.

4 — O Rio Grande do Sul e o Exército nacional

A partir da proclamação da República, os laços entre o poder regional do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e o Exército nacional foram, progressivamente, se estreitando. A bancada do Rio Grande do Sul na Câmara Federal apoiava medidas necessárias ao Exército, ou defendia os pontos de vista dos militares. O poder regional do PRR e o poder do Exército eram duas forças em expansão no Brasil da I República, sendo alijadas do acesso ao poder político maior pelas oli-

²⁴ A inovação política e a econômica exprimiram dois momentos distintos de diversificação social, fundiária e produtiva. As pequenas propriedades do Rio Grande do Sul foram exemplo da inovação política, que resultou numa articulação com as economias regionais agroexportadoras do Brasil. Na região cafeeicultora, essa “classe média rural” foi um produto da oportunidade econômica: surgiu muito mais tarde, mais de um século depois (Loureiro, 1987, p.22), e multiplicou-se com maior rapidez. Na origem do seu aparecimento esteve o fracionamento das velhas fazendas de café tornadas improdutivas, seja por queda de rendimento dos solos, seja pelas medidas de política econômica do Governo Federal. Na região cafeeicultora, as pequenas propriedades localizaram-se nas proximidades de vias férreas ou de mercados urbanos de tamanhos significativos. Nesse caso, essa nova classe rural proprietária foi um produto da diferenciação econômica que porejou na região do café, a partir dos momentos de crise da história deste subsistema regional.

garquias de Minas Gerais e de São Paulo. Frequentemente, o PRR e o Exército foram forças aliadas. Foram as duas forças que desestabilizaram a I República: em 1910 e em 1930, quando estiveram aliadas, impuseram-se às oligarquias cafeicultoras. Em 1920, a oligarquia política do sul tentou enfrentar a cafeicultura sem o Exército e fracassou. Em 1922 e 1924, os tenentes do Exército, rompendo a hierarquia militar, rebelaram-se e foram derrotados (Love, 1975, p.112-261).

Foi a união da classe dominante do Rio Grande do Sul que, aliada ao Exército sediado no Estado e aos tenentes exilados, tornou possível a intervenção da oligarquia gaúcha, do Exército nacional e dos tenentes no poder central da República em 1930, encerrando a República oligárquica e iniciando os 15 anos de Vargas no poder.²⁵

Boris Fausto indicou os seguintes itens como os laços mais importantes entre o Partido Republicano Rio-Grandense e o Exército nacional: o Rio Grande do Sul era a região onde se concentravam os maiores efetivos do Exército fora da Capital Federal; Porto Alegre era a sede do Comando da III Região Militar do Exército (criada em 1919), e, nesse Comando, foram recrutados muitos Ministros da Guerra; durante a I República, foram os militares gaúchos que forneceram o maior número de Ministros da Guerra e de presidentes do Clube Militar, organização do Exército aparentemente recreativa e realmente política (Fausto, 1977, p.404).²⁶ A Tabela 2, malgrado a imprecisão e insuficiência das informações²⁷, é o exemplo quantitativo disponível para o que acabou de ser dito.

²⁵ No entanto essas três forças não foram as únicas a participar da Revolução. A oligarquia de Minas Gerais, apoiada numa produção cafeeira em decadência, recebeu um golpe de parte da oligarquia paulista que rompera com o pacto de rotatividade, impondo um segundo candidato sucessivo à Presidência. Enfim, as oligarquias do Nordeste faziam-se representar no candidato à Vice-Presidência, João Pessoa, cujo assassinato serviu de estopim para a Revolução.

²⁶ Lemos, em Love:

“O mito em torno da vocação militar do gaúcho, de fato, tinha sua base na época republicana, tanto quanto na imperial. O Rio Grande continuou a contribuir com mais do que lhe cabia, para as lideranças militares. Neste aspecto, o contraste com Minas e São Paulo é particularmente relevante: em 1895, oito dos 30 generais-de-divisão e de brigada haviam nascido no Rio Grande; nenhum era de Minas e somente um de São Paulo. No fim da República Velha, oito dos 30 generais novamente eram gaúchos, sem nenhum paulista ou mineiro. Dos 25 Presidentes do Clube Militar, na República Velha cinco vieram do Rio Grande, um de São Paulo e nenhum de Minas. E dos 20 Ministros da Guerra entre 1889 e 1930, sete eram do Rio Grande, nenhum de São Paulo e apenas um de Minas – o único civil que ocupou o cargo. Tendência que persistiu na década de 20” (Love, 1975, p.124).

²⁷ Assinalamos, por exemplo, que os dados referentes às duas primeiras colunas apresentam, em bloco, os “generais” e os “militares no Congresso” provenientes do Rio Grande do Sul e da Corte para o período 1860-89 e do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal para o ano de 1890. Não existem informações sobre a origem de 12 ministros da guerra da I República.

Tabela 2

Origem geográfica dos oficiais do Exército no Brasil – 1860-930

ORIGEM	GENERAIS 1860-89	MILITARES NO CONGRESSO 1890	MINISTROS DA GUERRA 1889-930
Nordeste	21	24	—
São Paulo e Minas Gerais	3	1	—
Estado do Rio de Janeiro	3	3	1
Rio Grande do Sul, Corte e Distrito Federal	15	9	—
Alagoas	—	—	1
Rio Grande do Sul	—	—	7
Santa Catarina	—	—	1
Outros	9	15	—
Sem informação	—	—	12
Exterior	10	—	—
TOTAL	61	52	22

FONTE: Adaptado de: CARVALHO, José Murilo de (1977). As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris, org. História geral da civilização brasileira, III. O Brasil Republicano 2. Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro, Difel. p.205.

A intermitente luta armada na região aproximou os políticos dos oficiais e comandantes militares; a elite política do Rio Grande do Sul da I República professava uma versão regional crioula do positivismo de August Comte, o Exército nacional também possuía um bom número de oficiais positivistas (Love, 1975, p.110). A Constituição estadual reforçava o poder Executivo, fato que já então agradava aos militares de formação positivista, e a política econômica e financeira preconizada pelo PRR coincidia com as opções dos tenentes que também se opunham às políticas do bloco do café: tanto o PRR quanto os tenentes preconizavam preços estáveis e equilíbrio orçamentário (Fausto, 1977, p.404).

Por fim, assinala-se ainda que de 20% a 30% do Exército nacional (tanto no Império como na I República) estava lotado no Rio Grande do Sul, como se pode ver na Tabela 3. Além disso, Porto Alegre sediava a única escola de oficiais militares fora do Rio de Janeiro. Esses fatos suportam a idéia de convivência, de interesse comum e de coincidência de pensamento entre os políticos no poder, na região, e

os oficiais do Exército.²⁸ Observe-se, na Tabela 3, a importância relativa dos efetivos do Exército no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro e a relação com as respectivas populações quando comparados com os de São Paulo e Minas Gerais.

Tabela 3

Efetivos do Exército e relação com a população em províncias e estados escolhidos do Brasil – 1888-1920

PROVÍNCIAS E ESTADOS	1888		1920	
	Exército (%)	Soldados p/mil hab.	Exército (%)	Soldados p/mil hab.
São Paulo	3,29	0,28	8,56	0,80
Minas Gerais	0,96	0,03	8,82	0,64
Subtotal	4,25	0,11	17,38	0,72
Pernambuco	5,54	0,63	1,64	0,33
Bahia	5,26	0,32	3,60	0,46
Mato Grosso	10,80	13,67	2,60	4,52
Corte e Distrito Federal	15,65	1,31	16,18	9,70
Rio Grande do Sul	31,13	4,08	21,68	4,26
Subtotal	46,78	2,39	47,86	6,15
TOTAL	100,00	0,82	100,00	1,40

FONTE: Adaptado de: CARVALHO, José Murilo de (1977). As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris, org. História geral da civilização brasileira, III. O Brasil Republicano 2. Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro, Difel. p.203.

²⁸ Joseph Love resumiu assim as relações entre o PRR e os oficiais do Exército:

“Havia muitas razões satisfatórias justificando as ligações estreitas entre o PRR e o Exército Federal. Convicções ideológicas (positivismo), vínculos estabelecidos durante a luta de 1893-95 e lealdade regional (...). Outro fator consistia na constante defesa das verbas militares, pelo PRR, no Congresso, onde os rio-grandenses se colocaram em posições-chave. Por fim, o PRR significava o único aliado potencial do Exército, em caso de disputa pelo poder: o corpo de oficiais isoladamente não podia derrotar a aliança mineiro-paulista, nem muito menos contar com as máquinas dos demais estados num levante contra organizações mais poderosas. Nas ocasiões em que os gaúchos não disputavam o poder nacional, o Exército permanecia leal ao Presidente” (Love, 1975, p.124).

Tendo presente a magnitude da presença militar no Rio Grande do Sul, assinalamos que Murilo de Carvalho mostrou que o recrutamento de oficiais se fazia predominantemente entre as famílias dos próprios oficiais (Carvalho, 1977, p.204), por isso era freqüente a existência de oficiais gaúchos. Carvalho indica ainda que as guarnições militares decisivas para qualquer atitude que o Exército fosse tomar eram as do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul (Carvalho, 1977, p.204).²⁹

A importância da Brigada Militar, criada e organizada pelo PRR para sustentá-lo no poder, assim como a magnitude dos corpos provisórios rapidamente mobilizáveis pelo Governador do Estado³⁰ faziam com que fossem necessárias boas relações entre os militares das forças estaduais e do Comando da III Região, uma vez que a divergência de pontos de vista ou de tomadas de posição poderiam levar a enfrentamentos militares. Em 1920, os efetivos da Brigada Militar e dos corpos provisórios gaúchos somavam cerca de 12.000 homens, contra uma força de 9.000 homens do Exército no Rio Grande do Sul. Em outras palavras, deveria haver afinidade entre o Governo do Estado e o Comando da III Região (transformada depois em III Exército).³¹ Vejamos na Tabela 4 a importância dos números.

O Exército desejava ser reconhecido e ter prestígio social. Ele queria o monopólio do poder armado sobre o território do País. Durante a I República, ele conseguiria somente a extinção da Guarda Nacional, o que fora um passo importante para deter o monopólio virtual do recrutamento no País. Mas removido esse poder concorrente, logo surgiram os exércitos estaduais de Minas Gerais, São Paulo e do Rio Grande do Sul.³²

²⁹ Segundo Murilo de Carvalho:

“E a Revolução de 30, como quase todos os movimentos militares de âmbito nacional até 1964, se caracterizaria por choques, reais ou previstos, entre tropas que subiam do Rio Grande do Sul e tropas que desciam do Rio de Janeiro” (Carvalho, 1977, p.204).

³⁰ Durante a I República, a Constituição do Rio Grande do Sul designava o Executivo estadual por Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Para evitar mal-entendidos com o cargo de Presidente da República, anacronizamos o posto de Presidente do Estado e o chamamos de Governador; no que seguimos Love (Love, 1975, p.XIV).

³¹ Um exemplo eloqüente porque tardio da importância dessa relação de forças foi dado em 1961, quando da tentativa de golpe militar para impedir a posse de João Goulart à Presidência da República: um dos fatos militares significativos parece ter sido a coincidência de posições entre Brizola e a Comandância do III Exército. Nelson Werneck Sodré cita telegrama dessa Comandância, que indica a eclosão de uma guerra civil caso o Comandante do III Exército se posicionasse a favor da junta militar golpista. Brizola teve a Brigada Militar unida dentro de seu propósito legalista, distribuiu armas à população e cercou o Palácio Piratini. Os Ministros golpistas ordenaram o bombardeio aéreo de Porto Alegre, fato que não ocorreu (Werneck Sodré, 1979, p.378-80). Esse fato aconteceu dentro de um quadro em que, após 1930, o equilíbrio entre os efetivos militares estaduais e federais no Rio Grande do Sul já havia sido rompido em favor do Exército.

³² Segundo Love, por expressivo que fosse o volume de efetivos da polícia baiana, ele se dispersava por um território muito maior e era muito mal-armado e desorganizado (Love, 1975, p.XIV, 123).

Tabela 4

Efetivos das Polícias Militares e do Exército em províncias e estados
escolhidos do Brasil — 1889-1920

PROVÍNCIAS E ESTADOS	1889		1920	
	Polícia	Exército	Polícia	Exército
Bahia	779	712	3 019	1 545
Corte e Distrito Federal	1 096	1 839	3 987	11 236
Mato Grosso	37	1 296	734	1 116
Minas Gerais	1 230	113	2 874	3 787
Pernambuco	908	651	1 402	706
Rio Grande do Sul	780	3 658	2 052	9 304
São Paulo	1 424	386	7 538	3 675
TOTAL	9 892	11 748	30 564	42 920

FONTE: Adaptado de: CARVALHO, José Murilo de (1977). As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris, org. História geral da civilização brasileira, III. O Brasil Republicano 2. Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro, Difel. p.230.

Os tenentes, por seu lado, representam um tipo de força com propostas muito difusas, com um ideário não claro ou definido. O mais simples tem sido identificá-los com as classes médias urbanas e suas insatisfações com uma estrutura política rural (o coronelismo) que não deixava espaço para a participação e a representatividade das novas camadas sociais urbanas. Os tenentes eram insurretos simultaneamente em relação aos seus oficiais superiores, portanto à organização da sua própria corporação e ao Presidente da República. Assim, é mais seguro indicar contra o que eles lutavam do que pelo que lutavam.

Insistimos, enfim, no fato de que tanto o Exército quanto os tenentes insurretos, assim como o Partido Republicano Rio-Grandense (e, por extensão, a oligarquia gaúcha) eram forças em expansão no quadro político brasileiro da I República. A imutabilidade do poder da República, pela força do coronelismo com o peso do seu voto rural e pelo poder da oligarquia mineiro-paulista controlando o acesso à Presidência da República, terminou por soldar essas três forças que se encontravam bloqueadas nos seus avanços. Em 1930, elas reuniram seu máximo poder de fogo contra a república oligárquica.

Por fim, a oligarquia política do Rio Grande do Sul, unida após o Pacto de Pedras Altas, que encerrou a Revolução de 1923, podia pretender disputar o poder central da República.³³ A presença da oposição armada e o tipo de poder exercido pelo executivo no Rio Grande do Sul da I República serão analisados no próximo item.

³³ Na Nota 25 deste ensaio, já indicamos as outras forças que participaram desse movimento.

5 – O Rio Grande do Sul e a ditadura

Se, por um momento, esquecermos o Governo Provisório e os primeiros anos ditatoriais da república no Brasil, poderemos dizer que, entre os povos do Brasil, o do Rio Grande do Sul foi o primeiro a experimentar a ditadura: a ditadura regional do Partido Republicano Rio-Grandense, que durou 37 anos. Em 1930, Getúlio Vargas partiu do Governo do Rio Grande do Sul para instalar-se na Presidência da República por 15 anos, dos quais os últimos sete foram ditatoriais; mais tarde, a partir de 1964, três dos cinco generais que exerceram a ditadura no Brasil eram gaúchos. Quais são, então, as origens da ditadura no sul? Por que a ditadura germinou no sul com tanta força? Uma vez mais vamos encontrar as respostas nesta sociedade que brotou da fronteira em guerra.

A primeira idéia importante a reter foi proposta por Antonacci no seu estudo sobre as oposições e a Revolução de 1923, onde ele constata a cisão precoce, na história do Brasil, da classe dominante rio-grandense em duas forças políticas inconciliáveis durante a República Velha. Em outras regiões, essas cisões ou não aconteceram ou ocorreram mais tarde.³⁴ Antonacci pergunta-se, então, pela razão dessa precocidade e encontra sua resposta na diversificação da estrutura produtiva do Rio Grande do Sul (Antonacci, 1981, p.19). Essa diversificação teria tornado possível e oportunizado a formulação de dois projetos políticos divergentes para a sociedade rio-grandense, dentro da classe dominante regional.

No entanto, como já estabelecemos páginas atrás, definitivamente não poderia ter sido a diversificação econômica o ponto de referência, pois ela pode ser compatível com outras estruturas sociais e econômicas na produção de mercadorias. No caso do Rio Grande do Sul, foi a diversificação social que jogou a cartada decisiva.

Durante o Império, tanto no Brasil quanto na Região da Campanha do Rio Grande do Sul, o poder político tradicional estruturava-se segundo a rede coronelística, território por excelência da classe dominante regional. Nos anos que antecede-

³⁴ Existe uma tese sobre uma diferenciação entre dois grupos de cafeicultores paulistas nos anos que antecederam à abolição da escravidão. *Grosso modo*, ela define dois grupos com posições diversas face à escravidão: os das regiões novas, do oeste paulista, que utilizavam trabalho assalariado e que seriam contra a escravidão; e os das regiões velhas, do Vale do Paraíba, que “se agarravam” à escravidão. Entre outros, a tese encontra-se em Viotti da Costa (Viotti da Costa, 1989, 36-7, 50-2). Essa tese parece ter relação com as afirmativas freqüentemente veiculadas por economistas paulistas a propósito da “modernidade” de um segmento da classe dos cafeicultores. Porém, Eisenberg, estudando as diferenças de mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878, não só não encontrou evidências suficientes em apoio a essa tese na sua dimensão espacial como desenvolve uma argumentação que se opõe a ela (Eisenberg, 1980, p.167-94). De qualquer forma, essas diferenças não apresentaram, mesmo remotamente, um conteúdo que permita uma analogia com a cisão da classe dominante que ocorreu no Rio Grande do Sul durante a I República.

ram a Proclamação da República, a expressão política maior desse poder congregava-se no Partido Liberal que controlava politicamente o Rio Grande do Sul. Era na Campanha que estava a base tradicional do controle político do Rio Grande do Sul; território dos monarquistas liberais, depois dos federalistas e, por fim, dos revolucionários de 1923.

Nos primeiros anos da República (1889-93), o grupo de ativistas republicanos que disputavam o controle do aparelho de Estado do Rio Grande do Sul, o qual controlariam de maneira intermitente nesse período, não eram somente minoritários, como não possuíam a rede tradicional de apoio coronelístico que estava nas mãos dos Liberais, no final da monarquia. Não que os republicanos não fossem também grandes proprietários de terras e pecuaristas, mas eram uma geração sem compromisso histórico com a política imperial e sem prática de controle do aparelho de Estado. Enquanto os republicanos de outras regiões do País saíram de divergências do Partido Liberal (Pinto, 1986, p.105), no Rio Grande do Sul eles se formaram autonomamente.

5.1 — A conjuntura de violência

Os anos que se seguiram ao golpe de Estado militar que implantou a República no Brasil em 1889 foram anos convulsionados pelas lutas entre os republicanos radicais e os restauradores da monarquia. A nível de Brasil, fora estabelecida uma ditadura militar.

Essa ditadura reinstalou no poder do Rio Grande do Sul o Partido Republicano Rio-Grandense, pois, entre novembro de 1889 e janeiro de 1893, 17 governadores haviam passado pelo Governo do Estado (Ferreira Filho, 1960, p.124-7). Júlio de Castilhos, chefe do PRR, elaborara uma Constituição para o Estado do Rio Grande do Sul que era *sui generis* no contexto brasileiro. Ela trazia embutida uma ditadura (mais adiante, voltaremos a falar dessa Constituição). Contra o domínio do PRR e contra a sua Constituição para o Estado, levantaram-se em armas os federalistas³⁵ e, unidos aos monarquistas e aos republicanos dissidentes do PRR, iniciaram uma guerra civil. Pensamos que essa conjuntura de violência teve muito a ver com o autoritarismo das instituições republicanas rio-grandenses.

³⁵ Os federalistas não eram "federativos", eles propunham a predominância do poder federal sobre o estadual, ao contrário do que resultara da Constituição Federal republicana. O PRR havia pugnado por uma ainda maior autonomia dos estados do que a Constituição Federal consagrara; os federalistas apareciam, assim, como centralizadores e unitários, propondo também o parlamentarismo, tal como havia existido durante a monarquia (Ferreira Filho, 1960, p.126).

A revolução partiu do Uruguai, onde cerca de 10.000 pessoas haviam se refugiado entre junho de 1892 e fevereiro de 1893 (Love, 1975, p.64-5).³⁶ O fato de utilizarem mercenários uruguaios fez com que o PRR caracterizasse a guerra civil como uma invasão estrangeira, pois os mercenários eram de um região do Uruguai povoada por gente oriunda da Maragateria (Espanha); eles dariam o nome aos revolucionários: maragatos. No entanto também o PRR recrutava soldados mercenários entre os uruguaios.

Partindo do Uruguai, por três vezes os maragatos invadiram o Rio Grande do Sul. Essa guerra de 31 meses levou à morte de 10% a 12% da população do Rio Grande do Sul que, na época, estava em torno de um milhão (Love, 1975, p.77). No período anterior ao início da revolução, os assassinatos de chefes políticos das duas facções e de suas famílias culminariam com a bestialização das populações rurais desfavorecidas, envolvidas na guerra (Love, 1975, p.77). Toda a sociedade rural rio-grandense foi enleada nas atrocidades. Duas batalhas são exemplares para dimensionar a brutalidade: a batalha do Rio Negro, vencida pelos maragatos, onde 300 dos 1.000 prisioneiros foram degolados, segundo a lenda, por um só homem, Adão Latorre, peão de fazenda e tenente-coronel do exército maragato (Reverbel, 1985, p.54-5) — nessa batalha, foram degolados também oficiais do Exército, o que aproximou mais os laços entre o PRR e o Exército brasileiro —; a segunda batalha foi a do Boi Preto, vencida pelo PRR, onde 300 prisioneiros maragatos foram degolados, como vingança pelos mortos de Rio Negro.³⁷

Essa revolução extrapolou os limites do Rio Grande do Sul. Gumerindo Saraiva chegou a capturar Curitiba, enviando um ultimato ao Presidente da Repú-

³⁶ Antes da eclosão da guerra civil, o Presidente da República enviou um emissário seu para tratar com os exilados no Uruguai. O telegrama do emissário ao Presidente expressa bem a situação: “Pelo modo como chegaram as coisas por aqui, acho que V.Exa. deve declarar já o Rio Grande em Estado de Sitio, nomeando imediatamente um governo militar, mas que este seja alheio às paixões políticas do Rio Grande. V.Exa. não faz idéia dos horrores que se têm praticado; os assassinatos são em número muito elevado, pois já por toda a parte se degolam homens, mulheres e crianças, como se fossem cordeiros; o saque está por demais desenvolvido, assim é que não há nenhuma garantia, quer individual, quer material” (Reverbel, 1985, p.18).

Degolava-se o prisioneiro como uma ovelha. O prisioneiro, de mãos atadas, ajoelhava-se entre as pernas do degolador. Existiam dois métodos: no crioulo, a faca cortava a garganta de orelha a orelha; no brasileiro, duas pontadas de faca furavam as carótidas (Reverbel, 1985, p.52).

³⁷ Um outro exemplo do nível de brutalidade é a notícia da morte do coronel uruguaio-brasileiro Gumerindo Saraiva (Saravia, para os uruguaios) saída no jornal do PRR, A Federação: “Miserável! Pesada como os Andes te seja a terra que generosamente cobre teu cadáver maldito. Caiam sobre essa cova asquerosa todas as penas concentradas das mãos que sacrificaste, das virgens que violaste, besta, fera do sul, verdugo do Rio Grande”.

Quando o túmulo de Gumerindo foi descoberto por um chefe militar do PRR, seu cadáver foi exumado e mutilado (Reverbel, 1985, p.91).

blica. Por fim, a revolta da esquadra no Rio de Janeiro associou-se aos revoltosos gaúchos. A revolta da Marinha fora um fracasso, e os navios revoltados acabaram se exilando em Buenos Aires. José Maria Bello diz que o Rio Grande do Sul foi o campo de provas para a sobrevivência do regime republicano no Brasil (Love, 1975, p.70). Entre as seqüelas menores da guerra, esteve o fato de circularem rumores de iminentes invasões federalistas, quase todos os anos, até 1923 (Love, 1975, p.141). Segundo Carlos Reverbel, os ódios que restaram das atrocidades dessa guerra fizeram com que os historiadores do Rio Grande do Sul chegassem a se recusar a falar dela (Reverbel, 1985).

Desde 1893, quando da eclosão da Revolução Federalista, Júlio de Castilhos iniciara a construção de uma das principais bases do poder do PRR, a estruturação da Brigada Militar, exército regional sob o comando do Governador do Estado, frequentemente melhor treinada e equipada que o Exército nacional. Joseph Love assinalou que a Brigada Militar possuía mais rifles que as outras polícias militares estaduais e que somente após 1930 o Exército nacional passou a ser melhor equipado que essas forças estaduais (Love, 1975, p.123). Essa corporação foi um instrumento de poder decisivo nas mãos do Executivo do Rio Grande do Sul para enfrentar tanto as desobediências internas do PRR quanto a oposição gaúcha e para intimidar os adversários do PRR na política nacional. No contexto nacional, por exemplo, a Brigada Militar desencorajava qualquer tentativa de intervenção militar da Presidência da República no Rio Grande do Sul.

5.2 — A ditadura do Partido Republicano Rio-Grandense

Para controlar o Estado e conseguir reproduzir-se no poder, os republicanos tomaram uma série de medidas. Uma das mais importantes foi cooptar para as fileiras do Partido Republicano os contingentes populacionais urbanos e coloniais que tinham muita dificuldade em participar de um partido oligárquico tradicional como o Liberal. Em geral, a bibliografia refere-se a esses contingentes como sendo grupos politicamente disponíveis. Na verdade, o Partido Liberal não possuía condições de absorvê-los (tinha por base a grande propriedade e o poder rural do coronel). O PRR, assim, enquanto partido de um grupo minoritário da classe dominante regional e enquanto grupo desprovido da rede de poder tradicional para o exercício da política no Brasil, buscou na diversificação social das populações da região as bases para o exercício do seu poder (Pinto, 1986, p.104-5). O PRR ampliou a diversificação social que encontrou e que lhe serviu imediatamente de lastro político. Durante os seus quase 40 anos de controle do poder, todos os 22 novos municípios criados tiveram por sede a zona colonial (Ferreira Filho, 1960, p.171).³⁸

³⁸ Essa relação positiva entre o PRR e a zona colonial é um dos pontos controversos para a Professora Helga Piccolo, que sustenta que a criação dos municípios visava enfraquecer politicamente as demandas oriundas da zona colonial.

O PRR estimulou a colonização e a diversificação econômica do Rio Grande do Sul após diagnosticar a decadência da pecuária e da charqueada (Fonseca, 1984, p.6-10). Seu projeto econômico para a região foi o de atingir a auto-suficiência na produção-consumo (Antonacci, 1981, p.112). Assinale-se a diferença em relação ao projeto econômico do complexo cafeeiro: fundamentalmente exportador-importador, possuindo por horizonte a manutenção-ampliação de sua participação na divisão internacional do trabalho e professando um livre-cambismo liberal.

Para garantir a reprodução do PRR no poder, o líder do PRR, Júlio de Castilhos, dotou o Estado de uma Constituição muito peculiar, e, tal como já foi assinalado, essa constituição serviu não somente de pomo de discórdia entre o PRR e as oposições gaúchas, como entre o PRR e os outros partidos republicanos do Brasil. Vejamos algumas de suas características básicas: um Executivo muito forte e ausência de Legislativo. Ausência de Legislativo, pois a Assembléia eleita, que se reunia durante dois meses ao ano, tinha como finalidade aprovar o orçamento e verificar as contas do Executivo (Osório, 1982, p.3). O Executivo legislava através de decretos-lei. Quando o Presidente do Estado promulgava um decreto, as câmaras municipais tinham um prazo de 90 dias para discuti-lo, fazer sugestões de alteração, discordar etc.; se tal não ocorresse no período, o decreto tornava-se lei. Na prática, a emissão pública do decreto fazia-se acompanhar de telegramas-circulares, onde era exigido o silêncio obediente das câmaras municipais (Antonacci, 1981, p.25).

A estrita disciplina partidária jogou um papel decisivo na organização e na manutenção do poder do PRR no Rio Grande do Sul. São traços como esse, de uma estrita e rígida disciplina partidária, que permitem que se afirme que o PRR foi o primeiro partido moderno do Brasil. Joseph Love, por exemplo, diz que era gritante a diferença entre o PRR e os demais partidos republicanos do País, por ele qualificados de amorfos (Love, 1975, p.78). Além de tudo, era um partido que possuía um ideário (o positivismo) que foi insistentemente destilado em todos os pronunciamentos do Executivo — discursos, justificativas, mensagens, etc. —, nos discursos dos membros da Assembléia e no belicoso jornal do Partido: **A Federação**. Era um partido com princípios e que procurava administrar o Estado em função desses princípios, assim como justificar suas opções através deles. Isso era realmente uma novidade no Brasil!

Arrolaremos alguns exemplos. Seguindo Comte, os positivistas gaúchos propunham por impostos diretos e não indiretos; o Rio Grande do Sul foi o único estado da Federação onde vigorou o imposto territorial, que chegou a ser o primeiro item da arrecadação estadual e que sempre guardou importantes postos na hierarquia tributária estadual. Um outro exemplo: o Governo Estadual não deveria favorecer, com a sua ação, grupos ou classes, competia a ele cuidar do “bem comum”, fazer o que atendesse “às necessidades de toda a sociedade”: o PRR dedicou-se à construção de estradas de rodagem, encampou ferrovias e o único porto marítimo do Estado e, diante das dificuldades para reunir fundos para abrir o único frigorífico nacional no Estado (cuja abertura era importante para impedir o mono-

pólio estrangeiro), ele participou do empreendimento.³⁹ Por fim, pertencia ao ideário desses positivistas a crença de que a sociedade era irremediavelmente formada por capitalistas e operários, que era assim que deveria ser, e que uma das maneiras de o Estado e, por extensão, de o capital se responsabilizarem pelos pobres era dando-lhes instrução. Assim, à originalidade das receitas oriundas do imposto territorial somava-se esta de gastos importantes com educação, isso era outro fato inédito no Brasil. Somente durante os períodos de guerra, as despesas militares foram mais importantes que as da educação (Love, 1975, p.109). Certamente que um plano de instrução pública que se somasse às escolas católicas e protestantes para os imigrantes obrava no sentido de ampliar os contingentes eleitorais. Deve ser registrado que o Rio Grande do Sul apresentou os mais elevados níveis de alfabetização do Brasil na I República. Love assinalou-nos que, em 1907, o Rio Grande do Sul escolarizava 228 sobre 1.000 crianças em idade escolar, enquanto os números eram de 162 para São Paulo e de 141 para Minas (Love, 1975, p.116).

A Constituição de 14 de julho, elaborada por Castilhos e contestada dentro e fora do Rio Grande do Sul, é uma versão local de aspectos do positivismo de Augusto Comte. Enquanto tal, a administração da República foi vista como uma questão de competência e não de representatividade; aos “sábios” cabia a tarefa de administrar “cientificamente” a sociedade, pairando acima das classes e dos interesses de grupos. Era a ditadura republicana. A partir dessa proposta, era sempre o bem comum que era visado pelas ações do Executivo, o interesse geral do corpo social e não os interesses de uma classe ou de uma fração de classe. O capitalismo era concebido como eterno, e ao Governo cabia a promoção da conciliação entre os interesses do capital e do trabalho. Tudo dentro da ordem e do progresso. Celi Pinto indicou que o PRR construiu um discurso não oligárquico, diverso, portanto, dos demais discursos regionais brasileiros.⁴⁰

É evidente que essa neutralidade foi utilizada para arrefecer as demandas dos pecuaristas da oposição, ao mesmo tempo que permitia a promoção de iniciativas do Executivo estadual no sentido de promover e beneficiar outros grupos, tais como o dos agricultores imigrantes e dos industriais. Pensamos, no entanto, que os Executivos dos estados cafeicultores e, por extensão, o Executivo federal da I Repúbli-

³⁹ Mais uma vez, as diferenças em relação a São Paulo são gritantes: lá, tudo para o café, e só para ele. Os cafeicultores no poder, em São Paulo e na Presidência da República, expressaram bem o “comitê executivo” dos plantadores, utilizando o aparelho do Estado em seu único benefício.

⁴⁰ Celi Pinto resumiu assim o papel do positivismo na construção do discurso político do PRR: “Portanto, se por um lado foi no positivismo que o PRR foi buscar um modelo para as instituições políticas autoritárias que implantou no estado, por outro, foi através dele que construiu um discurso não-oligárquico e que apresentou estas instituições [as republicanas] como as únicas capazes de responder às necessidades [do conjunto] da população do estado” (Pinto, 1986, p.106).

ca expressavam uma identidade entre o Estado e o bloco do café, ou seja, eram os interesses desse bloco que ocupavam o Executivo. Era o Estado de um bloco de interesses, os do café. O Executivo rio-grandense concebia-se como um estado acima das classes sociais e dos interesses particularistas. Note-se que esse Executivo precisava “conceber-se”, ou seja, ele não era dado “naturalmente”. Nesse sentido, ele se construiu com um cunho de modernidade, pois a proposição de neutralidade abria espaço para a promoção de grupos e classes emergentes.

Nós já fizemos alusão, repetidas vezes neste ensaio, à revolução de 1923, esta foi a última guerra movida pela oposição ao PRR. A solução encontrada, no Pacto de Pedras Altas, soldou num só bloco a oligarquia gaúcha, estabelecendo as condições finais para que ela se propusesse à disputa da Presidência da República. Vamos examiná-la.

Dado que os resultados das eleições de 1922, como sempre fraudulentas, confirmaram a vitória de Borges de Medeiros, que iniciaria, assim, o seu quinto mandato como Governador do Estado (cada mandato era de cinco anos), as oposições unidas na Aliança Libertadora levantaram-se novamente em armas sob a liderança de Assis Brasil, candidato derrotado (Love, 1975, p.217-8). Através da guerra civil, a oposição desejava provocar a intervenção político-militar do Governo Federal no Rio Grande do Sul (Antonacci, 1981, p.98) e assim conseguir a revisão da Constituição do Estado e a deposição de Borges de Medeiros. O término da Revolução de 23 possibilitou a união da classe dominante regional (o PRR e a oposição passaram a representar uma única força política), cuja coesão foi acentuada por Getúlio Vargas, quando se tornou Governador do Rio Grande do Sul, em 1928. Essa união possibilitou a base política regional para que Getúlio aceitasse a candidatura à Presidência da República em 1929, perdesse a eleição e liderasse a Revolução de 30 que acabou com a República oligárquica.

Os pontos mais importantes reivindicados pela oposição gaúcha em 1923 eram: a) estabelecer a ilegitimidade do novo mandato de Borges de Medeiros; b) promover a revisão da Constituição Estadual de forma a permitir a rotatividade nos cargos públicos, impedindo a reeleição do Governador; c) tornar elegível o cargo de vice-governador; e d) dar mais poderes à Assembléia Legislativa do Estado.

O verdadeiro vencedor dessa revolução parece ter sido o Presidente da República, que não fora apoiado por Borges quando de sua eleição. Ele desejava encetar uma intervenção militar no Rio Grande do Sul, mas seus desentendimentos com o Exército não lhe davam condições de arriscar-se nessa aventura. A intervenção diplomática do Governo Federal encaminhou a aceitação da legitimidade do novo mandato de Borges e da revisão da Constituição nos termos da Aliança Libertadora.⁴¹

⁴¹ Por fim, antes da Revolução de 30, o Rio Grande do Sul envolveu-se ainda em três episódios militares, segundo Ferreira Filho.

1) Em junho de 1924, estourou em São Paulo uma rebelião militar de unidades do Exército e da Força Pública de São Paulo; os rebeldes tomaram a capital e cidades do Interior. A pedi-

Do ponto de vista da intenção de Júlio de Castilhos, homem que concebeu e construiu as bases do sistema do PRR, os objetivos foram alcançados. O PRR ocupou ininterruptamente o poder de 1893 até 1930, da seguinte maneira: 1893-98, Júlio de Castilhos; 1898-908, Borges de Medeiros; 1908-13, Carlos Barbosa; 1913-28, Borges de Medeiros; 1928-30, Getúlio Vargas. Quando Castilhos passou o poder do Executivo Estadual para Borges de Medeiros, conservou a direção do PRR. Borges fez a mesma coisa quando seus prepostos, Carlos Barbosa e Getúlio Vargas, ocuparam o Executivo Estadual.

Conclusão

Ao longo deste texto, evocamos as origens da sociedade do Rio Grande do Sul e apresentamos as estruturas fundiária, social e política como resultados da fronteira e da guerra. Assinalamos a importância da inovação de uma classe rural proprietária para conferir à sociedade do Rio Grande do Sul uma dimensão de modernidade que era precoce no Brasil. Enfim, fizemos derivar da fronteira em guerra e da diversificação social os outros traços originais da história do Rio Grande do Sul. Originais porque eles apareceram no sul muito antes de se manifestarem na sociedade brasileira: a divisão da classe dominante regional, a construção de um partido político moderno e o exercício da ditadura.

do da Presidência da República, o Governo do Rio Grande do Sul enviou cerca de 1.000 homens da Brigada Militar do Estado para ajudar a sufocar a rebelião. Os rebeldes refugiaram-se em Foz do Iguaçu, fronteira com Argentina e Paraguai, onde se uniram à Coluna Prestes, movimento que subia do sul (indicado abaixo).

2) No mesmo ano, unidades do Exército nacional, sediadas na fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina, rebelaram-se sob a liderança de Luis Carlos Prestes. Os rebeldes convulsionaram a zona missioneira do Rio Grande do Sul durante algum tempo. Subiram em direção ao Norte, perseguidos pela Brigada Militar. A coluna dos revolucionários atravessou o Brasil tentando "levantar as massas rurais" contra a Presidência. Foram ao sul da Bahia e terminaram exilando-se na Bolívia. Essa marcha de 24.000 quilômetros foi considerada o símbolo da insatisfação com o poder rural das oligarquias da I República. Prestes levou o título de "cavaleiro da Esperança".

3) Em novembro de 1926, tenentes do Exército rebelaram-se em Santa Maria. Caudilhos invadiram o Rio Grande do Sul vindos do Uruguai, mas as forças legalistas do Governo do Estado forçaram sua retirada (Ferreira Fº, 1960, pp.167-169).

Esses três últimos levantes referidos expressam rebeliões simultâneas contra os poderes regionais e contra a Presidência da República. São manifestações dos tenentes do Exército, que expressam sua insatisfação com o domínio das oligarquias rurais-regionais e do sistema coronelístico brasileiro da I República.

Acreditamos haver discutido e qualificado o repto formulado por José Honório Rodrigues e que foi apresentado no início deste ensaio. A guerra, o militarismo e a ditadura possuem uma relação fundamental com a formação histórica do Rio Grande do Sul, mas não na forma simplista, excludente e passional construída por José Honório. Por fim, apelamos para as palavras do “poeta” à guisa de resposta afetiva ao historiador:

“Somos uma fronteira. No século XVIII, quando soldados de Portugal e Espanha disputavam a posse definitiva deste ‘imenso deserto’, tivemos de fazer a nossa opção: ficar com os portugueses ou com os castelhanos. Pagamos um pesado tributo de sofrimento e sangue para continuar deste lado da fronteira meridional do Brasil. Como pode você acusar-nos de espanholismo? Fomos desde os tempos coloniais até o final do século um território cronicamente conflagrado. Em setenta e sete anos tivemos doze conflitos armados, contadas as revoluções. Vivíamos permanentemente em pé de guerra. Nossas mulheres raramente despiram o luto (. . .)”

Érico Veríssimo

Bibliografia

- ALMEIDA, Marlene Medaglia (1987). **Inovações e recorrências do discurso historiográfico “oficial” no Rio Grande do Sul (1920-1935)**. Porto Alegre, UFRGS. 88p.
- ANTONACCI, Maria Antônia (1981). **RS: as oposições & a Revolução de 1923**. Porto Alegre, Mercado Aberto. 120p.
- BLOCH, Marc (1983). Pour une histoire comparée des sociétés européennes. In: BLOCH, Marc. **Mélanges historiques**. Paris, Serge Fleury & Editions de l'EHESS. 1108p.
- BROWNE, George P. (1979). Soldados ou colonos: uma visão da estrutura política do 1º Reinado. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA. /Santa Catarina/, UFSC. (mimeo). 41p.
- CALÓGERAS, J. Pandiá (1967). **Formação histórica do Brasil**. São Paulo, Nacional. 388p.
- CARVALHO, José Murilo de (1977). As forças armadas na Primeira República: o poder destabilizador. In: FAUSTO, Boris, org. **História geral da civilização brasileira, III. O Brasil Republicano 2. Sociedade e instituições (1889-1930)**. Rio de Janeiro, Difel. 431p.
- CASTRO, Antônio B. de (1980). **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro, Forense. v.2. 235p.
- CESAR, Guilhermino (1979). Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S., org. **RS: economia e política**. Porto Alegre, Mercado Aberto. 424p.

- DIAS, Maria Odila Silva (1972). A interiorização da metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme, org. 1822 – **Dimensões**. São Paulo, Perspectiva.
- DOSSE, François (1987). **L'Histoire en miettes**: des "Annales" à la "nouvelle histoire". Paris, Decouverte. 269p.
- EISENBERG, Peter L. (1980). A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878. In: AMARAL LAPA, José Roberto do, org. **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis, Vozes. 210p.
- FAUSTO, Boris (1977). A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. In: FAUSTO, Boris, org. **História geral da civilização brasileira II**. 2. Sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro, Difel. 431p.
- FERREIRA FILHO, Arthur (1960). **História geral do Rio Grande do Sul, 1503-1960**. Porto Alegre, Globo. 191p.
- FLORES, Moacyr (1982). **O modelo político dos Farrapos**. Porto Alegre, Mercado Aberto. 208p.
- FONSECA, Pedro C. D. (1983). **RS: economia e conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- (1984). **A transição capitalista no Rio Grande do Sul**: a economia gaúcha na 1ª República. Porto Alegre, IEPE/UFRGS. (mimeo para discussão, n.1/84).
- FREITAS, Décio (1985). Farrapos: uma rebelião federalista. In: DACANAL, José H., org. **A Revolução Farroupilha**: história e interpretação. Porto Alegre, Mercado Aberto. 127p.
- FURTADO, Celso (1979). Brasil: da República oligárquica ao Estado Militar. In: FURTADO, Celso, coord. **Brasil: tempos modernos**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 194p.
- IGLÉSIAS, Francisco (1985). Vida política, 1948/1968. In: HOLANDA, Sérgio B., org. **História geral da civilização brasileira**. II o Brasil monárquico. 3 Reações e transações. São Paulo, Difel. 498p.
- JOBIM, Leopoldo (1983). **Reforma agrária no Brasil Colônia**. São Paulo, Brasiliense, 83p.
- JOHNSON, John J. (1966). **Militares y sociedad en America Latina**. Buenos Aires, Hachette. 299p.
- LAYTANO, Dante de (1983). **História da República Rio-Grandense (1835-1845)**. Porto Alegre, Sulina. 389p.
- LEITMAN, Spencer L. (1979). **Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos**: um capítulo da história do Brasil no século XIX. Rio de Janeiro, Graal. 195p.
- LOUREIRO, Maria Rita G. (1987). **Terra, família e capital**. Petrópolis, Vozes. 182p.
- LOVE, Joseph (1975). **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo, Perspectiva. 282p.

- MARTINS, Luciano (1976). **Pouvoir et développement économique. Formation et evolution des structures politiques au Brésil.** Paris, Anthropos. 472p.
- MOORE Jr., Barrington (1983). **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno.** São Paulo, Martins Fontes. 532p.
- MOTTA, Carlos Guilherme, org. (1971). **Brasil em perspectiva.** São Paulo, Difusão Européia do Livro. 367p.
- OBERACKER, Jr., Carlos H. (1985). A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sérgio B., org. **História geral da civilização brasileira.** II o Brasil monárquico. 3 Reações e transações. São Paulo, Difel. 498p.
- OSÓRIO, Joaquim Luiz (1982). **Constituição política do Rio Grande do Sul: comentário.** Brasília, UnB. 304p.
- PAIM, Antônio (1981). Apresentação. In: OSÓRIO, Joaquim Luiz. **Constituição política do Estado do Rio Grande do Sul: comentário.** Brasília, UnB. 312p.
- PESAVENTO, Sandra J. (1979). República Velha Gaúcha: Estado autoritário e economia. In: DACANAL, J. H. e GONZAGA, S., org. **RS: economia e política.** Porto Alegre, Mercado Aberto. p.193-212.
- (1982). **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Mercado Aberto. 142p.
- (1985). Farrapos, liberalismo e ideologia. In: DACANAL, José H., org. **A Revolução Farroupilha: história e interpretação.** Porto Alegre, Mercado Aberto. 127p.
- PEREGALLI, Enrique (1984). **Como o Brasil ficou assim?** São Paulo, Global. 96p.
- PICCOLO, Helga I. L. (1979). A política rio-grandense no Império. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S., org. **RS: economia e política.** Porto Alegre, Mercado Aberto. p.93-117.
- (1985). A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional. In: DACANAL, José H., org. **A Revolução Farroupilha: história & interpretação.** Porto Alegre, Mercado Aberto. 127p.
- (1988). **Entrevista em novembro.** Porto Alegre.
- (1989). **Carta de 31 de março.** /s.n.t./
- PINTO, Celi Regina J. (1986). **Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930).** Porto Alegre, L&PM. 111p.
- POMER, Léon (1986). **Paraguai: nossa guerra contra esse soldado.** São Paulo, Global. 59p.
- REVERBEL, Carlos (1985). **Maragatos e Picapau: guerra civil e degola no Rio Grande.** Porto Alegre, L&PM. 99p.
- RODRIGUES, José H. (1986). **O continente de Rio Grande (1680-1807).** São Paulo, Brasiliense. 68p.

- (1988). **História da História do Brasil. A metafísica do latifúndio: o ultra-reacionário** Oliveira Viana. São Paulo, Nacional. 293p.
- SIMONSEN, Roberto C. (1962). **História econômica do Brasil (1500/1820)**. São Paulo, Nacional. 475p.
- SOUSA, J. A. Soares de (1985). O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas. In: HOLANDA, Sérgio B., org. **História geral da civilização brasileira. II o Brasil monárquico. 3 Reações e transações**. São Paulo, Difel. 498p.
- TARGA, Luiz Roberto P. (1988). O processo de integração do mercado interno brasileiro: eliminação das características econômicas e sociais do Rio Grande do Sul. In: **Ensaios FEE, 9(2)**. Porto Alegre, FEE. p.147-58.
- VERÍSSIMO, Érico (1969). Um romancista apresenta sua terra. In: AZAMBUJA, Darcy et alii. **Rio Grande do Sul Terra e Povo. 2.ed.** Porto Alegre, Globo. 355p.
- VIOTTI DA COSTA, Emília (1987). **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo, Brasiliense. 361p.
- (1989). **Da senzala à colônia**. São Paulo, Brasiliense. 509p.
- WERNECK SODRÉ, Nelson (1979). **A história militar do Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 439p.

Abstract

First of all we showed that – right from the beginning – Rio Grande do Sul made up a specific social formation in Brazil, since this region was always confronted to frontier wars because of the characteristics and the setting-up period of the frontier States. We then examined a series of structural features which were particular for Rio Grande do Sul society in relation to the rest of Brazil and which derived from its frontier wars. These features are: its landowning structure; its rural social classes as well as the relation of its regional ruling class with the government of the Empire. That is why the Rio Grande do Sul territory was the scene of a new social experience in XIXth century Brazil. As we can see along this essay, it was the first agrarian society that came to differentiate itself socially and the new rural landowning class did not rely basically on slavework. Rio Grande do Sul society faced itself with totally new problems with regard to the Brazilian context of the transition from slavery to capitalism. Moreover, during the oligarchic Republic, the governing political party in the region established on one hand closed links with the Brazilian Army and on the other hand, it became the first modern political party in Brazil and achieved at regional level a long experience of dictatorship. That is why we wonder if the Brazilian conservative modernization did not start first in Rio Grande do Sul.